Cadernos do

PROARQ 3

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura

AS MARCAS DA IMAGINAÇÃO NA HABITAÇÃO URBANA

Luciana da Silva Andrade & Cristiane Rose de Siqueira Duarte

ADAPTABILIDADE E CONTINUIDADE NA ARQUITETURA E NO URBANISMO CONTEMPORÂNEO

Uma Homenagem Póstuma ao Arquiteto Kevin Lynch

Peter José Schweizer

A METODOLOGIA DA ANÁLISE SINTÁTICA

Estudo Comparativo entre a Favela do Timbau e o Conjunto Marcílio Dias

Fernanda Magalhães

FILOSOFIA E POÉTICA DO ESPAÇO ARQUITETÔNICO

Incursões no Campo da Saúde Mental

Mirian de Carvalho

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura

fau-ufrj

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Professor Paulo Alcântara Gomes
Reitor

Professor Marcos Palatnik
Vice-Reitor para Graduados e Pesquisa

Professora Maria José Chevitarese de Souza e Lima
Decano do Centro de Letras e Artes

■

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

Professor Eloy Eharaldt
Diretor

Professor Oscar Corbela
Diretor Adjunto de Pós-Graduação e Pesquisa

■

PROARQ - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA

Professor Jules Ghislain Slama
Coordenador

■

CONSELHO EDITORIAL

Professor Vicente del Rio
Coordenação Editorial

Professores Eduardo Qualharini, Jules Slama, Leopoldo Bastos e Olinio Coelho
Coordenadores das Áreas de Concentração

■

Luiz Alberto Teixeira Filho
Editoração Eletrônica

Aline Bondim de Andrade
Revisão

■

Cadernos do PROARQ

Veículo para a divulgação da produção de seus docentes, discentes e pesquisadores, assim como de eventos especiais, como contribuição ao debate e o desenvolvimento no campo da Arquitetura em geral.
Reprodução proibida sem o consentimento expresso do PROARQ ou dos autores.

Novembro 1997

ProArq - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Sala 433
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Cidade Universitária, Ilha do Fundão
Rio de Janeiro, RJ – cep. 21941-590
tel: (021) 290-2112, r. 2745 e 2746
fax: (021) 290-2112, r. 2737
e-mail: proarq@proarq.ufrj.br
http://www.achilles.ufrj.br/cla/fau/mestrado.htm

Cadernos do PROARQ 3

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura

AS MARCAS DA IMAGINAÇÃO NA HABITAÇÃO URBANA
Luciana da Silva Andrade & Cristiane Rose de Siqueira Duarte 1

ADAPTABILIDADE E CONTINUIDADE NA ARQUITETURA E NO URBANISMO CONTEMPORÂNEO
Uma Homenagem Póstuma ao Arquiteto Kevin Lynch
Peter José Schweizer 11

A METODOLOGIA DA ANÁLISE SINTÁTICA
Estudo Comparativo entre a Favela do Timbau e o Conjunto Marcílio Dias
Fernanda Magalhães 23

FILOSOFIA E POÉTICA DO ESPAÇO ARQUITETÔNICO
Incursões no Campo da Saúde Mental
Mirian de Carvalho 41

AS MARCAS DA IMAGINAÇÃO NA HABITAÇÃO URBANA[1]

Luciana da Silva Andrade[2]
Cristiane Rose de Siqueira Duarte[3]

O significante *Imaginação* pressupõe significados que apontam para a dimensão do desejo, da criatividade, da invenção, da fantasia. Ter *imaginação* significa alcançar uma condição de liberdade, no sentido de, dentro dos limites do *permitido*, ser capaz de realizar a idealização.

A imaginação tem, por assim dizer, uma relação com as mais profundas emoções humanas, que oriundas do coração e da alma, brotam nas consciências dos homens e mulheres em forma de poesia (BACHELARD, 1993:2).

Mas há a imaginação que é destituída de invenção. É pura reprodução, como no exemplo fornecido por SARTRE (1987:35-36): podemos imaginar a folha de papel na qual estamos escrevendo – ou a tela do computador numa versão cibernética – sem estar olhando para ela.

Na verdade, segundo DUROZOI & ROUSSEL (1993), a *imaginação* é uma capacidade da mente humana, que pode ser *reprodutora*, quando forma imagens repetindo o que foi percebido mentalmente, sem acrescentar nada; ou *criadora*, quando reorganiza as imagens experenciadas[4], na elaboração de conjuntos inovados.

É, justamente, dentro da perspectiva *criadora* que pretendemos trabalhar a idéia de *imaginação* na questão da habitação urbana, particularmente aquela destinada às camadas pobres da população.

Ao longo da história da produção habitacional no Brasil, nos chama especial atenção o fato da ação do Estado ter se voltado para a imposição de um modo de vida às populações mais pobres. Das reformas urbanas nos moldes *haussmannianos*, passando pelas propostas dos conjuntos

---

[1] Este artigo em sua forma preliminar foi apresentado no Seminário Cidade e Imaginação, organizado pelo PROURB, FAU/UFRJ, em 1994. Para o presente trabalho foram feitas diversas revisões e atualizações.

[2] Arquiteta, Especialista em Sociologia Urbana pelo IFCH/UERJ, Mestre pelo PROARQ, FAU/UFRJ e Aluna do Programa de Pós-graduação em Geografia do IGEO/UFRJ. Professora Assistente da FAU/UFRJ.

[3] Arquiteta; Mestre pelo Institut d'Urbanisme de Paris; Doutor pela Université de Paris-I - Sorbonne; professora do PROURB, FAU/UFRJ.

[4] Usamos o verbo *experenciar* e as palavras dele derivadas com o mesmo significado adotado por Tuan (1983).

habitacionais dos IAP's e das COHAB's[5], até as atuais propostas baseadas na tecnologia[6], a dimensão da *imaginação* humana tem sido, quando não reprimida, pelo menos esquecida.

No entanto, a necessidade de expressão inerente a todo ser humano acaba por se manifestar, de alguma forma, na construção habitacional e nos espaços da habitação[7], a despeito do anseio de controle que as camadas hegemônicas da sociedade vêm tentando impor. Seja nas favelas, produzidas pelo saber popular, seja nos conjuntos habitacionais, onde os moradores superam as limitações de projetos tão rígidos e massificantes, transformando-os para adequá-los às suas necessidades, podemos perceber a impressão de uma *marca* nos espaços da cidade, que, sobretudo, apontam para o poder da *imaginação* popular.

Desse modo, tomando por base as transformações que vêm sendo realizadas em conjuntos habitacionais compostos por edifícios de apartamentos em um bairro da Cidade do Rio de Janeiro, propomos, neste artigo, refletir sobre a *materialização* da *imaginação* popular e, diante de sua riqueza e suas limitações, discutir alguns caminhos para a ação técnica e política no campo da habitação, de modo a contribuir para que a resultante dessas ações não tenham caráter repressivo, mas sim seja capaz de enriquecer e ser enriquecida pela imaginação humana.

Assim, após uma breve descrição das condições de implantação do Conjunto Habitacional Dom Jaime Câmara, na Cidade do Rio de Janeiro, nosso objeto de estudo, dissertamos sobre as alterações realizadas pelos moradores, fazendo algumas especulações quanto aos fatores que determinaram a emergência de sua *poética imaginativa*.

Em seguida, destacamos alguns problemas apontados pelos próprios moradores, surgidos em decorrência de suas ações no Conjunto Habitacional. Novamente por meio de especulações, refletimos acerca dos *fantasmas* que podem estar por trás das reclamações verbalizadas sem, contudo, deixar de reconhecer sua legitimidade.

Finalmente, levantamos uma série de questões visando abrir um espaço para o pensamento acerca da complexidade da tarefa que nos propomos.

---

[5] Diversos trabalhos fazem uma retrospectiva da questão habitacional no período que vai do século passado até início da década de 80. Ver, por exemplo: FINEP/GAP (1985).

[6] O atual Governo Federal do Brasil apresenta como proposta a questão habitacional, as Vilas Tecnológicas: "*Assim como não se quer só comida, não se quer simplesmente uma casa. Quer-se mais, muito mais e isso só é possível com tecnologia*". Cf. Durante (1994).

[7] Sobre diferentes formas que as construções adquirem em função das especifidades culturais da população ver: Lawrence & Low (1990). Tuan (1983) apresenta uma abordagem bastante rica quanto às marcas que as diversas culturas imprimem nos seus espaços, transformando-os em lugar.

TRANSFORMAÇÕES EM CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS DE APARTAMENTOS

O caso do Conjunto Habitacional Dom Jaime Câmara (CHDJC), no qual iniciamos nossos estudos, nos chama atenção pelo fato, aparentemente absurdo, de ter tido suas áreas internas de apartamentos ampliadas com a construção de acréscimos sobre pilotis, ultrapassando largamente a área de construção original dos prédios. Isto ocorre mesmo naqueles apartamentos localizados nos andares mais altos dos edifícios[8].

Realmente, tem sido destacada a importância da casa unifamiliar para as camadas pobres da população, uma vez que esta unidade pode ser ampliada, de modo a atender às necessidades de uma família que se expande, recebe familiares vindos do interior para tentar a vida na cidade grande, ou, até mesmo, precisa (ou quer) ampliar sua renda por meio do aluguel de quartos ou casa independentes construídas no mesmo lote (Cf. DUARTE, 1993 e BONDUKI, 1992: 141-149).

Portanto, não foi com pouco espanto que verificamos a superação, por parte dos moradores do CHDJC, das limitações impostas pelos blocos de apartamentos que compõem o conjunto.

O CHDJC, nosso objeto de estudo, foi implantado em 1971 no Bairro de Padre Miguel, na Região Administrativa de Bangu – XVII R.A. –, Estado da Guanabara na ocasião.

Este conjunto foi construído pela COHAB-RJ para abrigar grande parte da população de diversas favelas que vinham sendo removidos da cidade naquele início da década de 70 (FINEP/GAP, 1985: 113). Para se ter uma idéia da quantidade de pessoas que foram morar neste conjunto, basta verificar o número de unidades habitacionais construídas: 7.000, distribuídas em apartamentos de um, dois e três quartos[9].

A implantação do CHDJC se caracterizou pela reprodução de blocos-tipo (GB-A-1-33; GB-A-2-39; GB-A-3-50)[10] em quadras retangulares, na maioria dos casos. Deste arranjo resultaram espaços vazios entre os blocos, que pertencem a todos moradores, ou seja, estas áreas livres são de uso do condomínio. Sua implantação foi feita numa área próxima a dois outros conjuntos habitacionais – estes realizações dos antigos IAPI[11].

---

[8] Este *fenômeno* se verifica em outros conjuntos habitacionais de blocos de apartamentos em outros bairros e em outras cidades. Cf. em Ornstein et. al. (1992).

[9] Segundo dados colhidos na COHAB-RJ.

[10] Id. ibid.

[11] Nestes conjuntos habitacionais do IAPI podem ser observados os mesmos tipos de intervenções.

Devido a tipologia proposta para o CHDJC - a mesma para as diversas regiões do País - e diante da constatação de modificação observadas em unidades habitacionais unifamiliares[12], era previsível que uma solução padronizada não ia dar conta dos anseios materiais e simbólicos da população que aí passou a viver. Afinal, não foram consideradas as especifidades de uso dos espaços pelos moradores, bem como as questões simbólicas de cunho estético.

Esta hipótese começou a ser comprovada no início da década de 80, quando se verifica que as modificações impressas pelos moradores deste conjunto não se limitaram mais à substituição de esquadrias, à construção de muros, ou da demarcação da propriedade através da pintura da *sua parte* na fachada do edifício. Os espaços livres entre os prédios, e até mesmo entre estes e a calçada, passaram a ser ocupados com *puxados*, que servem como garagens, *biroscas*, varandas e outros cômodos da unidade habitacional[13].

Mais de dez anos depois, podemos observar transformações que já mudaram o desenho geométrico dos blocos e espaços do conjunto, chegando a existir casos em que, por exemplo, o morador de um apartamento no 4º pavimento de um bloco constrói uma estrutura de vigas e pilares para que seja possível ampliar seu apartamento. Os moradores dos andares inferiores a este apartamento dividem ou não os custos da obra relativa ao seu pavimento, em função de acordo estabelecido entre eles[14]. Muitas vezes, estas ampliações chegam a constituir outros apartamentos, a partir da mesma unidade individual, que geralmente são alugados para ampliar a renda da família proprietária.

Em simples observações, podemos verificar que as transformações realizadas pelos moradores dizem respeito não apenas a necessidades materiais, como aumento da área útil do apartamento, ou questões de conforto ambiental. São verificadas, com frequência, ampliações que indicam a importância de determinados símbolos estéticos para o morador do local. Varandas nas fachadas voltadas para o sul, com balaustres ou com gradis de alumínio com vidro *fumé* ou de ferro fundido em motivos *art deco* demonstram isto quando constatamos que esta orientação de fachada no hemisfério sul praticamente não recebe radiação solar, por isso não se poderia alegar a necessidade de construção da varanda como proteção da insolação (Cf. MASCARÓ, 1983).

Todas as modificações que são feitas nos apartamentos e nas áreas livres do conjunto revelam a *imaginação* popular que se materializa: nas construções *sem rosto* do conjunto habitacional estão sendo impressos sonhos, desejos e anseios. Podem ser dos mais ingênuos, trazendo de volta recordações da infância na *roça* ou em cidades do interior, ou podem traduzir uma necessidade de onipresença, de poder, para controlar tudo e todos.

---

[12] Sobre razões das transformações ocorridas em conjuntos habitacionais de casas unifamiliares, ver : Duarte (1993).

[13] Segundo entrevistas preliminares realizadas com o Presidente da Associação de Moradores e moradores do CHDJC.

[14] Id.Ibid.

Na gama de nuances das representações que passam a constituir o cenário do CHDJC, um morador se torna comerciante, ocupando uma faixa de terra não necessariamente sua, mas que não incomoda aos moradores pela sedução do ambiente familiar do *boteco*. Do mesmo modo, o acabamento *chic* na fachada e a nova dimensão de um apartamento de um vizinho remete aos prédios luxuosos da zona sul, socializando os anseios de ascenção social. Por sua vez, a varanda *panorâmica* de um poderoso do local pode trazer os sentimentos ambíguos de proteção e opressão.

As fachadas que adquirem novas formas e novas cores, os canteiros centrais de um *boulevard* planejado na prancheta de um tecnocrata que se transformam em campos de futebol e em parques infantis, as ruas e esquinas que vão se tornando, de espaços sem identidade, a espaços da multiplicidade, revelam a *apropriação* dos espaços do conjunto pelos seus moradores.

Mas, se por um lado estas modificações resolveram as questões de cunho funcional e simbólico dos moradores, não se pode negligenciar os problemas que elas vêm acarretando. O próprio presidente da Associação de Moradores do CHDJC afirmou que quando se iniciaram as modificações realizadas pelos moradores, com receio dos problemas que poderiam ocorrer, foi solicitado o apoio técnico da Prefeitura e da COHAB-RJ, para que se pudesse determinar alguns limites para estas ações. No entanto, a Prefeitura teria alegado que como o financiamento dos imóveis ainda não tinha sido quitado, caberia à COHAB orientar essas modificações. A COHAB, por sua vez, alegou que as questões relativas à ocupação e uso do solo não eram de sua alçada.

Para explicitar melhor esses problemas relacionamos, a seguir, alguns deles já constatados nas nossas primeiras entrevistas:

1 - Uma das principais questões que se coloca, embora muitas vezes não verbalizada claramente, mas que, no entanto, parece incomodar bastante alguns moradores, é a falta de critérios na distribuição das áreas livres. Como foi dito, estas áreas pertencem a todos os moradores de cada quadra. No entanto, a apropriação física dos espaços se deu segundo a ação mais rápida daqueles que tinham disponibilidade financeira para construir, ou em função da proximidade da área disponível ao apartamento do morador. Assim, aqueles que moram na extremidade dos blocos se sentem *donos* das áreas laterais aos prédios, o que faz com que os moradores das unidades intermediárias se sintam prejudicados[15].

A rigor, este sentimento de estar levando desvantagem, não significa, necessariamente, um elevado princípio de justiça. Muitos sentimentos podem estar embutidos nestas questões, como, por exemplo, um sentimento de inveja: se o morador estivesse no lugar daquele vizinho

[15] No estudo realizado por Souza (op.cit.), no Conjunto do IAP, na Cidade de Porto Alegre, se verificou uma divisão mais igualitária das áreas livres. Segundo consta, os moradores procuraram dividi-las de modo a garantir áreas correspondentes à parcela que cabia a cada morador.

que ele se queixa, talvez fizesse a mesma coisa. Por outro lado, a destinação do uso ou o aspecto da ampliação realizada por aqueles que invadem o espaço coletivo pode influenciar na sua aceitação. Um botequim que atraia os bêbados e arruaceiros do bairro pode gerar insatisfações, enquanto que uma creche pode ser mais bem vinda.

Na verdade, a aceitação da *transgressão*, nesses espaços depende muito das expectativas dos moradores dos blocos próximos.

2 - A *marca* das intervenções que ficam expressas nos espaços preocupam os moradores quando remete à imagem da favela, ou seja, há uma preocupação quanto à *favelização* do conjunto. Aqui, é importante ressaltar, o termo *favelização* é usado pelos moradores no sentido estético. Ao que se pode notar, há uma maior tolerância para com as ampliações que apresentam aspectos estéticos que indicam ascenção social, enquanto que aquelas ampliações que ficam inacabadas, sem revestimento, com a alvenaria exposta ou sem pintura, parecem incomodar os moradores. É interessante observar um paradoxo em suas falas: a princípio, as ampliações realizadas por aqueles moradores considerados *necessitados* são mais aceitas do que aquelas realizadas por *vaidade*. No entanto, quando se rejeita a construção inacabada, que lembra a favela, se rejeita, justamente, boa parte das construções realizadas pelos mais pobres.

Para uma população que viveu o drama das remoções de favelas que marcou o último governo militar, não é de se estranhar que suas marcas ainda sejam sentidas por parte da população. A imagem das favelas é, ainda, bastante controvertida (ABREU, 1994: 44). Ter uma imagem associada a ela, para aqueles que passaram pelo processo de readaptação a uma realidade imposta, certamente significa uma ameaça. Por sua vez, a *favelização* acaba por implicar numa perda do *status quo* do *morador do asfalto*, o que, de certa forma, significa perder alguns privilégios da cidade formal.

3 - Um outro problema verificado é relativo ao surgimento de becos nas áreas livres, decorrente das diversas construções aí implantadas. Estes becos criaram problemas de segurança para os moradores, não só por facilitar a ação de bandidos, como também devido à ação da polícia, que invade tais áreas em busca destes, sem se preocupar com a segurança dos moradores.

Os becos também remetem à imagem da favela. Os problemas reclamados a partir do surgimento desses becos estão relacionados com o cotidiano das favelas, pelo menos os divulgados pela mídia. Porém, as formas incertas destes becos, a sua não previsibilidade, provoca um sentimento desconfortável àqueles que se acostumaram às linhas retas do traçado racionalista do conjunto. Talvez os becos tragam aos moradores a insegurança provocada por esta forma espacial, que muito lembra o mistério e a escuridão das vísceras e da noite. Ou, como disse PECHMAN (1994: 1): *"Para os que precisam se esconder, ocultar seus "males sociais", ou para os que ousam segredar "terríveis verdades", o labirinto é a forma perfeita da cidade. Para aqueles que, em vigília, têm o dever de perscrutar o escuro das vielas em busca*

dos maus pagadores, de "deficientes sociais", ou mesmo de revolucionários, e que se põem a auscultar as conversas da taverna, o bulício das ruas, o leva-e-traz da falação da arraia miuda e o veludo dos segredos da revolução; a reta, o plano, a iluminação direta, a transparência, é a cidade querida." (PECHMAN, 1994: 1)

No entanto, além destes problemas descritos, diversos outros podem ser verificados por falta do conhecimento técnico do morador que transforma seu apartamento e os espaços do seu bairro.

A questão dos espaços públicos também se apresenta complexa, uma vez que não foram estabelecidas regras que determinem, por exemplo, o espaço mínimo nas calçadas para a livre circulação de pedestres. Com isso, rampas de acesso de veículos, *biroscas* ou outros elementos construídos individualmente representam obstáculos à circulação, principalmente para idosos e deficientes físicos.

Uma das finalidades dada por parte dos moradores às áreas livres foi de abrigar os carros. Assim, diversas garagens foram construídas sem que, contudo, em muitos casos, se pensasse no espaço necessário à manobra do veículo. Com isso, chega a existir casos de moradores que não conseguiram fazer uso de suas garagens, tendo que deixar seus carros na rua.

Como muitas ampliações foram feitas para abrigar uma unidade habitacional independente, houve acréscimo de cômodos com instalações hidro-sanitárias, como banheiros e cozinhas. Devido ao dimensionamento inadequado e a má execução destas instalações e vazamentos, surgiram problemas de infiltrações, que afetam vários apartamentos nos diversos andares.

Assim, se por um lado não há como continuar defendendo a superioridade do conhecimento técnico sobre o saber popular, também não podemos negar a necessidade de interação dos técnicos de modo a acessorar as demandas populares de transformação do seu espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi visto, temos nos questionado sobre uma possível contribuição técnica no equacionamento de questões como estas, que envolvem de perto as ações dos arquitetos e planejadores. Como foi dito anteriormente, a nossa pesquisa se situa num âmbito que pretende regatar a *imaginação* popular enquanto característica humana que facilita a solução de problemas.

Faz parte de nossas preocupações uma ação profissional que busque uma racionalização da construção num sentido mais abrangente, substantivo e interativo, uma vez que não consideramos tanto a racionalização quanto a construção como processos que se limitam à execução física de uma obra. Entendemos a racionalidade como capacidade do pensamento humano, que apreende a vida em sua totalidade, admitindo ou deixando espaço para o sentimento, a intuição e a sensação. Por sua vez, construção é uma ação que abarca toda existência da vida, não se limitando à realização do produto habitação (cf. ANDRADE & DUARTE, 1996 e 1998).

Assim, temos nos preocupado com o uso de um significado para o conceito de racionalização da construção que não subtraia do cidadão o direito de intervenção e interação com os espaços da cidade, da sua habitação; a rigor, não lhes subtraia o direito à imaginação.

Nos voltamos, então, para algumas questões que emergiram no início de nossa atuação em campo:

- quais são os fatores de ordem social, cultural, política e econômica que contribuem para a problemática exposta?
- é possível criar algum nível de interação profissional que permita evitar alguns problemas surgidos das ações espontâneas da população, como no caso do CHDJC, sem contudo tolhir a capacidade imaginativa da população?
- como nós, arquitetos e urbanistas, podemos levar nossa contribuição no sentido de evitar problemas que decorrem da falta de conhecimento técnico?
- como situar a questão habitacional num contexto como este, uma vez que o problema que se verifica nesse caso não se refere à falta de moradia?
- que mecanismos poderiam ser criados para acessorar comunidades com situação semelhante e para evitar que tais tipos de problemas que surgiram voltem a existir em novos conjuntos populares?
- como devem ser estabelecidos limites e quais devem ser os limites das diversas ações interrelacionadas - dos moradores, das múltiplas disciplinas envolvidas - num processo de produção habitacional como esse?
- por que os moradores preferem arcar com o ônus das transformações realizadas em seus apartamentos – que pela sua complexidade, pressupomos não ser pequeno – ao invés de mudar do local?

Por fim, vale ressaltar que, diante de tantas incertezas quantos aos caminhos que devem ser seguidos, uma certeza nos irrompe: a imaginação tornou possível mudar o aspecto monótono da construção massificada dos conjuntos da COHAB, quando muitos só acreditavam ser isto possível com uma implosão. O que nos surpreende na imaginação popular é que a arquitetura dela ressultante traz a marca da existência humana. Vemos gente nesses espaços da arquitetura espontânea, mesmo que não tenha uma só pessoa andando na ruas ou olhando da janela, diferentemente da arquitetura oficial, que tem *coisificado* as pessoas. Ou seja, a ação popular, quando materializa o imaginário urbano, personaliza as *coisas*.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de A.. Reconstruindo uma História Esquecida: Origem e Expansão Inicial das Favelas do Rio de Janeiro. São Paulo: Espaços & Debates nº37, 1994.

ANDRADE, Luciana S. & DUARTE, Cristiane R.S.. *Habitação e a Visão Tecnicista da Construção nas Cidades Brasileiras* in III Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Mestrado em Arquitetura (mimeo). São Carlos: EESC/USP, 1994.

____ *O Conceito da Racionalização da Construção e sua Influência na Formação do Arquiteto* in Revista da Pós - nº especial 2 - Estudo da História na Formação do Arquiteto. São Paulo: FAU/USP, 1993.

BACHELARD, Gaston. A Poética do Espaço. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BONDUKI, Nabil. Habitação e Autogestão: Construindo Territórios de Utopia. Rio de Janeiro: Fase, 1992.

DUARTE, Cristiane R. S.. Intervention publique et dynamique sociale dans la production d'un nouvel espace de pauvreté urbaine: Vila Pinheiros, Rio de Janeiro. Paris. Tese de Doutoramento da Université Paris I - Sorbonne, 1994.

DURANTE, Mauro. *Habitação e Cidadania* in Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 18 de maio. 1ºcaderno. Opinião, 1994, pp.11.

DUROZOI, Gerard & ROUSSEL, André. Dicionário de Filosofia. Campinas: Papirus, 1993. (Ed. original 1990)

FINEP/GAP. Habitação Popular: Inventário da Ação Governamental. São Paulo: Projeto, 1985.

LAWRENCE, Denise L. & LOW, Setha M.. *The Built Environment and Spatial Form* in Anual Rewiew Anthropology. /s.l/, 1990.

MASCARÓ, Lúcia R.. Luz, Clima e Arquitetura. São Paulo: Nobel, 1983.

ORNSTEIN, Sheila et. al. Avaliação Pós-ocupação (APO) - Conjunto Habitacional Presidente Castelo Branco - Carapicuíba - SP. São Paulo: COHAB-SP/CEF/FUPAM, 1992. (6 vol. mimeo.)

PECHMAN, Robert (org.). Olhares sobre a Cidade. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

SARTRE, Jean Paul. *A Imaginação* in _____, O Existencialismo é um Humanismo; A Imaginação; Questão de Método. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores)

SOUZA, Célia Ferraz. Um Resgate de Cidade Jardim: a Vila do IAPI. Apresentado no III Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Mestrado em Arquitetura. São Carlos: EESC/USP, 1994.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar. São Paulo: Difel, 1983.

ADAPTABILIDADE E CONTINUIDADE NA ARQUITETURA E NO URBANISMO CONTEMPORÂNEO

Uma Homenagem Póstuma ao Arquiteto Kevin Lynch

Peter José Schweizer [1]

Kevin Lynch foi um dos mais expressivos arquitetos e professores dos Estados Unidos da América neste século. Com o clássico *The Image of the City*, publicado em 1960, influenciou gerações de arquitetos, urbanistas e pesquisadores de todas as áreas interessadas na cidade. Seus projetos e sua contribuição como intelectual está registrada em uma grande quantidade de livros e artigos que incentivaram profissionais da arquitetura em todo o mundo a observar o espaço construído sob novos pontos de vista.

Em 1972 tive a gratificante oportunidade de participar de uma pesquisa coordenada pelo Professor Lynch no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), quando conheci o extraordinário ser humano, pesquisador e professor que foi este arquiteto. Tratava-se do desenvolvimento de um estudo sobre a adaptabilidade e a continuidade em novos assentamentos humanos nas cidades americanas.[2] Nesse mesmo ano, ele publicou aquele que foi o seu livro favorito, What Time is This Place, com idéias que viria a desenvolver, em anos seguintes, através de livros que marcaram época e que representam seus trinta anos dedicados ao ensino e à pesquisa no MIT.

Nascido na parte norte de Chicago, Kevin Lynch representou a terceira geração de uma família de Irlandeses nos Estados Unidos. Estudou na escola Francis W. Parker School, sendo discípulo do ilustre Professor John Dewey. Terminou a *high school* em 1935 em um ambiente social e político de grande efervescência, resultante da Grande Depressão o que lhe provocou uma enorme atenção para as necessidades da vida humana. Foi estudar arquitetura na Universidade de Yale e, uma vez formado, trabalhou uma ano e meio com o mais famoso arquiteto americano, Frank Lloyd Wright, responsável por fazê-lo ver, pela primeira vez, o mundo em seus múltiplos aspectos.

---

[1] Arquiteto, foi do Banco Nacional da Habitação. Professor visitante do PROARQ, FAU/UFRJ.

[2] Na primavera de 1972, o paper intitulado *Adaptability and Continuity in New Settlements* foi apresentado em seminário interno do MIT. Resultante de pesquisa em equipe sob a coordenação de Kevin Lynch, com Raci Bademli, Louise Erving, Eduardo Martinez, Frederika Randal, Peter José Schweizer e Mark Waltch. Nele, discutia-se a adaptabilidade e a continuidade em novas áreas urbanas que viessem a ser construídas nos EUA, visando demonstrar a importância da componente humana em sua concepção e construção.

Depois de servir no Pacífico Sul, na segunda guerra mundial, foi o arquiteto Lynch realizar seu mestrado em planejamento urbano no *Massachusetts Institut of Technology* (MIT). Após graduar-se, foi trabalhar na Comissão de Planejamento de Greensboro e, um ano após a conclusão de seu mestrado, foi contratado para assumir uma posição de professor no MIT.

Kevin Lynch foi um professor devotado e, como testemunham seus contemporâneos no MIT, um extraordinário colega, tendo contribuído substancialmente para fazer do programa de pós-graduação em planejamento do MIT um dos mais distinguidos e reconhecidos em todo mundo acadêmico.

Após um ano sabático em Florença, Itália, seu trabalho repentinamente veio a foco pela sua capacidade de expor a maneira pela qual as pessoas sentem, enxergam e ordenam seus espaços, sejam eles os espaços da casa que habitam, das áreas onde trabalham ou das áreas urbanas através das quais fazem algum uso de sua cidade. Sob a inspiração de seu professor, o pintor e projetista Gyorgy Kepes, realizou Kevin Lynch um conjunto de pesquisas que culminaram com a publicação, em 1960, do seu mais famoso livro, já antes citado, sobre a *Imagem da Cidade*.

Durante seus anos de pesquisa e de ensino no MIT, manteve-se Lynch ativo, testando idéias originais e buscando novas percepções, desbravando caminhos, incentivando jovens talentos, contemplando e analisando coisas simples e relevantes que conformam e definem os espaços urbanos para o cidadão comum. Lynch sempre começava seus estudos e pesquisas a partir dos locais e dos espaços utilizados na vida quotidiana das pessoas, contemplando de forma objetiva a criatividade e a técnica usada por essas pessoas.

Lynch viveu para poder ver muitos de seus projetos realizados, contemplando a evolução que ocorria com os espaços construídos através do uso de seus moradores ou de seus usuários. Ele sempre procurava conhecer a maneira como tais espaços eram transformados, adaptados ou ampliados, ao longo do tempo, para atender às necessidades humanas, sociais e econômicas existentes a cada momento.

O arquiteto Lynch elaborou e realizou projetos importantes como, por exemplo, o projeto para a área central da cidade de Boston, em conjunto com John Myer, religando a cidade com sua área portuária. Esse tema, na cidade do Rio de Janeiro, também ocupa, na atualidade, muitos arquitetos que pretendem promover o melhoramento da área portuária no centro da cidade.

Outra importante contribuição do planejador urbano Kevin Lynch e que merece ser aqui citada, dentre tantas que realizou ao longo de sua vida foi a elaboração da política de crescimento urbano que formulou para orientar o futuro da cidade de San Diego.

Em 1978, Lynch se aposentou no MIT, passando a atuar em um escritório com a parceria de Stephen Carr, desenvolvendo atividades no campo do desenho urbano e de projetos ambientais. Na verdade, a atividade que sempre mais atraiu Lynch foi o trabalho e a atuação diretamente com as pessoas e comunidades afetadas por condições adversas, como foi o caso

do redesenvolvimento de Columbia Point, na cidade de Boston. Este trabalho foi desenvolvido em conjunto com os ocupantes das moradias de propriedade pública que compunham o segmento das famílias mais pobres daquela cidade. Ele também se destacou na elaboração de planos para a conservação de dois bairros históricos ocupados por famílias negras, pobres, na cidade de Washington, D.C.

Lynch foi um arquiteto que teve um amplo reconhecimento de seus colegas recebendo, apenas para exemplificar, do Instituto Americano de Planejamento, do qual também fui membro, por alguns anos, o grande prêmio do ano de 1967, e, do Instituto Americano de Arquitetos, a Medalha de destaque do ano de 1974. Pouco antes de sua morte foi indicado para o primeiro Prêmio Rexford G. Tugwell, o mais prestigiado reconhecimento feito a um planejador urbano nos Estados Unidos da América.

Durante toda a sua vida, Kevin Lynch envolveu-se em questões e batalhas para promover a justiça social e a paz, tendo dedicado parte de seus últimos anos à luta pelo desarmamento nuclear. Foi, sem margem a qualquer dúvida e sou testemunha disso, o grande inspirador de toda uma geração de planejadores e desenhistas urbanos, em todo o mundo. Ninguém que tenha convivido com ele pode deixar de lembrar seu bom humor, sua extraordinária humildade e humanidade, sua comovente e sincera generosidade e sua fantástica abertura para questões novas, isto é, para a observação dos aspectos aparentemente simples da vida humana para os quais a maioria dos pensadores não costumam dedicar tempo de reflexão e pesquisa.

De seu trabalho resultou uma grande contribuição para a arquitetura e para o urbanismo mundial, não tanto por qualquer tipo de tecnicismo, tão ressaltado pela cultura norte-americana contemporânea, porém pelo humanismo que ficou registrado em toda a sua obra projetada e construída ou por sua obra editada.

Como um de seus tantos eventuais colaboradores, alunos e colegas, oriundos de diferentes partes do mundo, senti, desde a sua morte, um grande desejo de escrever e comentar algo de minha curta convivência ao lado deste notável arquiteto.

Junto como o brilhante arquiteto brasileiro Alvaro Vital Brazil, com quem também convivi e para quem trabalhei no Rio de Janeiro como estudante de arquitetura, foi Kevin Lynch o segundo arquiteto e intelectual que desempenhou importante papel na minha formação, já então como planejador urbano, no Estados Unidos da América.

Neste artigo procuro ajustar à atual realidade brasileira a questão da adaptabilidade e a questão da continuidade[3] do espaço construído. Ambas devem ser consideradas, tanto no projeto arquitetônico como na produção do espaço construído, seja ele representado por uma unidade habitacional ou por qualquer tipo de edifício ou elemento urbano de uso complexo.

[3] Temas tratados em 1972 no artigo produzido em equipe, com a participação de Kevin Lynch, para um seminário no MIT.

Creio que, depois de tantos anos de fascínio com as maravilhas da técnica e dos novos recursos eletrônicos, regressam lentamente os arquitetos e planejadores urbanos às suas vocações de origem, isto é, ao manejo e à gestão da criatividade humana expressas através do projeto.[4]

I. ADAPTABILIDADE E CONTINUIDADE - A PROCURA DE UMA CONCEITUAÇÃO

Por adaptabilidade vamos nos referir, ao longo deste artigo e com o mesmo enfoque dado por Kevin Lynch, como sendo o grau pelo qual os residentes (de uma habitação ou de um bairro) são capazes ou podem (ou mesmo conseguem) mudar seus ambientes seja tal ambiente o espaço construído da própria moradia de pessoas ou o espaço em qualquer uma das áreas que tais pessoas utilizam no bairro ou na cidade onde vivem.

Por continuidade consideramos, neste artigo, em que grau as pessoas residentes (de uma casa, de um bairro ou de uma cidade) entendem que os espaços que elas estão utilizando regularmente se ligam com o curso de sua próprias vidas, isto é, com o passado, presente e o futuro dessas mesmas pessoas.

Essas duas questões formam um estranho par. A adaptabilidade se apresenta como uma **qualidade objetiva** do espaço construído. Em outras palavras, trata-se de uma característica capaz de ser medida, mensurada em função da maior ou menor possibilidade de se modificar um determinado espaço construído. Todavia, a continuidade apresenta-se como uma **qualidade subjetiva** e, portanto, não sendo passível de ser mensurada, medida ou sujeita a algum tipo de quantificação.

A adaptabilidade parece estar ligada ou relacionada com um processo de mudança (a transformação de um espaço em outro ou a ampliação ou redução desse espaço) enquanto que a continuidade se nos apresenta como uma questão ligada com a estabilidade na vida de uma pessoa (por exemplo: a escola em que você estudou no passado é a mesma que você encontra hoje, anos depois. Isto lhe transmite uma sensação de estabilidade, consequentemente, de continuidade em sua vida). No entanto, ambas as questões, adaptabilidade e continuidade, indicam e enfatizam um controle pessoal e um sentido individual de conecção entre a sua vida, a sua experiência pessoal e os espaços onde se deu essa experiência.

---

[4] Sem nenhum desprezo pela técnica, porém considerando-a apenas na sua condição de recurso instrumental, verificamos que existe hoje, no mundo, um renascimento da criatividade através do reconhecimento do papel que, associadas, podem desempenhar intuição e ciência (indução e dedução), sob a batuta de principios substantivos (segundo Alberto Guerreiro Ramos) de razão (filosofia).

Não pretendemos analisar a relação entre a estabilidade e o processo de mudança, porém buscar uma noção clara e objetiva de que indivíduos e pequenos grupos (famílias que conformam uma unidade de vizinhança e/ou comunidade) deveriam ter uma relação ativa com o presente, isto é, com o momento que estão vivendo, como também com o passado que já viveram. Quem de nós não teve a experiência de voltar à casa onde morou no passado, na infância ou em outra época qualquer, e experimentar, no caso da casa ainda estar intacta no mesmo lugar, um sentimento de que essa construção representa um testemunho da nossa história que compõe nossa biografia? No caso de não mais se encontrar essa mesma casa, por ter sido a mesma destruída, o nosso sentimento é de que uma prova concreta de parte de nossa vida se perdeu, consequentemente, uma parte de nossa vida não mais existe.

A imagem que uma pessoa faz de si mesma está geralmente impregnada de um senso de história. Nessa história existem muitos registros materiais expressos por aquelas construções onde as pessoas viveram, também representadas por partes da cidade, isto é, pelo conjunto de casas, ruas, praças, bairros, escolas, clubes, hospitais e outros prédios, construções e monumentos onde a vida dessas pessoas se desenvolveu. A existência dessas construções, que testemunham o nosso passado no presente, bem como a possibilidade de que sejam mantidas no futuro, nos dão um sentimento de continuidade. Tal sentimento representa, de alguma forma, um sentimento de segurança e servem como referências para o ser humano no espaço urbano em que vive.

Quando se erradica uma favela, se tira um favelado do lugar onde, com muito esforço, fez sua casa e construiu progressivamente a sua vida como indivíduo, como família e como membro de uma comunidade, e se transfere e assenta (esse chamado favelado) num conjunto habitacional em outra parte da cidade se está, na realidade, amputando o sentido de continuidade dessa pessoa. Por suposto, necessita o ser humano desse sentido que o relaciona ao passado e ao presente e serve como referência material para suas vidas. Na verdade, isto significa uma continuidade e um reconhecimento de que os espaços com os quais se conviveu no passado são importantes no presente. Isto fez com que as antigas políticas de erradicação de favelas fossem substituídas e transformadas progressivamente em políticas de urbanização de favelas.

A mudança nas políticas governamentais, verificada nas últimas duas décadas, com relação aos assentamentos das famílias mais pobres na cidade que geralmente ocupam espaços conquistados ilegalmente através de invasões, significa um importante avanço. Representa o reconhecimento, por parte das autoridades governamentais e dos arquitetos, da relevância que têm para cada cidadão a adaptabilidade e a continuidade, não importando o grau de educação e/ou cultura das pessoas afetadas.

Lynch sugeriu, no início dos anos 70, que algumas mudanças nas políticas públicas poderiam fazer com que se passasse a levar em conta a adaptabilidade nos novos assentamentos, isto é, na construção de novas áreas urbanas para fins residenciais (conjuntos habitacionais) ou mesmo para a construção de cidades novas (como é o caso de Brasília). A primeira de suas propostas era de que o cidadão deveria ocupar a nova área residencial de forma progressiva e não através de uma mudança radical na sua vida, abandonando a unidade em que vivia antes e ocupando a nova sem nenhum tipo de transição.

A segunda proposta de Kevin Lynch afirmava que a propriedade da terra deveria ser da comunidade, e não do indivíduo. O indivíduo apenas arrendaria ou alugaria a área que iria ocupar. A terceira proposta foi a de que a forma do novo assentamento urbano devesse ser mais "fluida" e não tão rígida, como geralmente é, o que a faria mais simbólica em termos da sua continuidade. A quarta proposta dizia respeito à informação que o residente deveria ter para habilitá-lo a transformar, a adaptar o seu ambiente, interno e externo. Para tanto, as instituições promotoras e as construtoras deveriam levar a sério essa questão desde o momento da elaboração do projeto.

Este artigo enfocará deliberadamente a questão da adaptabilidade e da continuidade em novos assentamentos residenciais e considerará, marginalmente, outras implicações para as políticas públicas que recomendamos, em termos de eficiência, qualidade, segurança, salubridade e estética. Não estamos aqui procurando enfocar a necessidade do planejamento integral para o projeto dos novos assentamentos, porém queremos especular sobre esses dois aspectos geralmente negligenciados pelas políticas públicas, que são as possibilidades de fazer possível a adaptabilidade do bairro e de cada construção em si, bem como permitir que se procure dar algum sentido de continuidade requerido pelos cidadãos com a finalidade de garantir um sentido de maior estabilidade em suas vidas.

Nosso tema se centra na concepção dos novos assentamentos urbanos através da construção de áreas com grande extensão na periferia das metrópoles e de grandes cidades ou mesmo os novos assentamentos para criar novas cidades para abrigar milhares de pessoas. As Companhias Municipais e Estaduais de Habitação Popular (COHAB) construíram, no passado recente, gigantescos conjuntos habitacionais na periferia ou interior das cidades brasileiras, muitas vezes para até cinco mil famílias (verdadeiras cidades de mais de vinte mil habitantes) em cima de terrenos inteiramente devastados pela terraplanagem de sua vegetação e história prévia. Assim foram construídas milhares de casas iguais, em ruas iguais, em quadras iguais, sem nenhuma árvore, monumento ou testemunho que pudesse contar a história (dando um sentido de continuidade) do que havia existido antes naqueles locais. Assumimos aqui que moradores se transladam voluntariamente, por absoluta necessidade, para os novos assentamentos urbanos para ocupar as casas que tenham aí comprado ou alugado.

Vejamos pois o processo de gestão da ocupação de uma nova área que abrigará um determinado assentamento urbano, seja ele puramente habitacional ou de uso misto, e as relações institucionais que serão demandadas nessa gestão. Não é pretensão deste artigo discutir ou analisar as componentes políticas que envolvem a construção de um novo assentamento, ou a reorganização social que será por ele requerida, nem mesmo os problemas de estrutura econômica do novo assentamento. Concentramos a atenção apenas na questão territorial e espacial, isto é, no campo próprio de intervenção dos arquitetos e dos planejadores urbanos. É evidente que a intervenção espacial e territorial é acompanhada de intervenções no campo social, econômico e político, porém essas componentes aparecerão aqui neste artigo apenas de forma marginal.

II. O ATO DE ASSENTAR PESSOAS

O simples fato de construir um novo assentamento urbano e promover a transferência ou mesmo transferir pessoas para habitá-lo já se constitui, por si só, uma quebra na continuidade na vida dessas mesmas pessoas. O processo de migração (inter-regional, inter-urbana ou intra-urbana) deve ser administrado de forma tal que os futuros residentes não sejam vítimas de uma ruptura radical da história de suas vidas pessoais e possam apreender a história do novo assentamento onde irão morar, sobre suas instituições, sua vida social, suas oportunidades para educação e para as diversas formas de expressão individual ou coletiva.

Fazendo familiar ao cidadão as pessoas do novo local onde vai viver, os costumes, as referências geográficas existentes e os objetos que caracterizam o espaço, se afirma a existência de um passado nesse novo assentamento. Também se assegura um sentido de continuidade através da eliminação da natural sensação de desorientação existente, no momento da mudança, além da estranheza das pessoas com a nova forma da vida nesse assentamento urbano.

Outra maneira de se construir uma ponte entre o passado e o presente do cidadão é a de buscar estimular que grupos de pessoas conhecidas ou amigas venham a migrar e mudar em conjunto, talvez nem todos a um só tempo, mas de forma gradual, a fim de manter algumas relações entre o velho e o novo, entre o passado e o momento atual. Isto pode ser visto em cidades como o Rio de Janeiro ou São Paulo, para exemplificar, quando pessoas e famílias oriundas de outras regiões traziam progressivamente seus parentes e amigos de suas áreas de origem para morar com eles seja em favelas ou em outros tipos de assentamentos realizados em invasões. Com isto, asseguravam um certo sentido de continuidade em suas vidas e a preservação de um mínimo de identidade e dos estilos ou formas de vida de suas comunidades.

Pessoas migrando em conjunto deveriam poder trazer pequenas referências materiais de suas áreas de origem bem como elementos que pudessem dar um sentido de cultura própria e de história de seus grupos. Claro está que estamos muito longe de praticar estas idéias através de nossas instituições, públicas e privadas, pois ainda nos encontramos no estágio primitivo de concentrar atenções tão somente na construção do edifício, e não nas necessidades das pessoas que o irão habitar e utilizar. Isto ocorre, pois o espaço habitado se transformou e reduziu a uma mera questão de mercado. Kevin Lynch e outros arquitetos visionários norte-americanos já propunham, nos anos setenta, planejar as cidades para as pessoas e não apenas para as suas construções.[5]

[5] *"Planning for people not for buildings"*

A idéia de que as pessoas não são unidades autônomas ou simples compradores de moradia nos ensina que as políticas habitacionais devem levar em conta as relações entre indivíduos no momento de criar novos assentamentos, sejam eles bairros inteiros ou apenas os denominados conjuntos habitacionais. Isto significa estimular que não apenas uma família possa se transladar para o novo conjunto habitacional construído, mas também alguns parentes, vizinhos anteriores e amigos, familiares idosos cuja forma de vida precisa ser considerada de modo próprio.

A carência de moradias nas cidades brasileiras fez com que as políticas públicas se preocupassem apenas com a aumento numérico de casas construídas sem levar em consideração as necessidades intrínsecas das pessoas, suas histórias passadas, suas necessidades presentes e suas demandas futuras.

Experiências recentes também estão demonstrando que nas grandes cidades as pessoas estão se encerrando em novos assentamentos com características de verdadeiros guetos, tanto de comunidades de famílias ricas como de pessoas de classe média, buscando uma ilusória sensação de segurança, de unidade cultural ou econômica. Todavia, isto tem levado a deformações na vida de sociedades urbanas e também a uma progressiva perda do sentido de continuidade na vida das pessoas.

Lynch também propunha que sindicatos e outras organizações de trabalhadores deveriam preocupar-se em ajudar os imigrantes a realizar a transição de um espaço urbano para outro. Tais instituições deveriam criar oportunidades de encontro entre as pessoas para que se familiarizassem entre si e com as novas condições de vida que experimentariam nos novos assentamentos urbanos. Instituições religiosas, políticas, sociais e de serviço deveriam igualmente apoiar a transição construindo "pontes" para as pessoas que viessem a ocupar novas áreas construídas para fins habitacionais. A criação de cooperativas nos novos bairros criados poderia permitir um barateamento da alimentação da população além de oferecer alguns serviços (creches, etc.), bem como a edição de um jornal local que informasse e orientasse os novos moradores sobre as opções econômicas e culturais existentes.

A memória dos migrantes nos novos assentamentos deve ser, de alguma forma, preservada para as gerações seguintes através da criação de mecanismos informais que permitam a reunião das pessoas e as façam contar e registrar suas experiências de vida relacionadas ao bairro onde moram. Lynch afirmava que uma comunidade bem integrada tem melhores chances de se adaptar ao futuro que um grupo de pessoas em que cada qual vive por si.

III. PROPRIEDADE DA TERRA

Na obra intelectual de Lynch existe a proposta de que existam câmbios substantivos pelos quais os direitos à terra são adquiridos, mantidos e transferidos. A propriedade do terreno nos novos assentamentos deveria ser da comunidade inteira, e não de um proprietário individual ou mesmo de muitos proprietários isolados. Dessa forma, o uso da terra estaria orientado para

as demandas da comunidade que a ocupa e que regularia tal uso e faria possível que o conjunto e suas partes pudessem ser adaptados sistematicamente às necessidades globais dos seus moradores. Tal sentido de propriedade comunitária também reforçaria, nos membros dessa comunidade, um particular sentido de continuidade.

A gestão desse tipo de propriedade coletiva poderia ser realizada por alguma agência do governo municipal em nome da comunidade residente. Os membros dessa agência municipal seriam eleitos pelos membros da comunidade, proprietária da terra, e a própria comunidade exerceria o controle dos planos que tal agência viesse a propor e executar. O uso individual das parcelas de terreno seriam através de aluguel às pessoas ou organizações que viessem a ocupá-las e os recursos arrecadados seriam canalizados para o melhoramento progressivo do assentamento e para a dotação de infra-estrutura e serviços necessários.

Poderiam existir, também, formas de propriedade individual para prazos fixos de 10, 20 e até 50 anos. No final desse período, a terra voltaria à propriedade da comunidade, sendo administrada pela já mencionada agência municipal. Para garantir maior adaptabilidade no uso do solo a agência municipal deveria se ocupar da reserva de algumas áreas no assentamento para novos usos futuros e para abrigar moradores sem teto. A adaptabilidade é uma meta a ser alcançada, porém o senso de continuidade deve ser mantido no novo assentamento, ligando o passado ao futuro de seus moradores ou ocupantes.

IV. O DESENHO DE NOVOS ASSENTAMENTOS URBANOS

O desenho de um novo bairro ou de um novo conjunto habitacional deveria prever e assegurar possibilidades futuras de transformação e adaptação aos novos requerimentos humanos, isto é, dos usuários, para atender demandas pessoais ou de mais evoluídas formas de vida em sociedade. As habitações deveriam ser projetadas de maneira a poder crescer e se ajustar ao tamanho das famílias, facilitar reformas e consertos em suas instalações. Fazê-lo não impediria a existência ou o estabelecimento de uma maior densidade de ocupação nessas novas áreas urbanas onde isto viesse a ser desejado ou requerido por razões de custos ou de prática social.

A segregação de usos, como o propunha a Carta de Atenas, deve ser evitada.O convivio harmônico da função residencial com outras funções, como a comercial e a produtiva (de pequenas indústrias ou unidades de serviços), poderá garantir uma maior dinâmica ao assentamento urbano, maior geração de empregos locais, uma diversificação de atividades que possam gerar boa qualidade de vida aos moradores ou demais usuários desse assentamento.

A experiência recente das COHAB, em distintas regiões do país, na qual o uso residencial se apresentava de forma inteiramente autárquica e segregada, onde as demais funções raramente eram admitidas no conjunto habitacional, demonstrou a inadequação desse paradigma cujos resultados podem ser considerados bastante negativos. A maioria dos grandes conjuntos habitacionais construídos necessitaram de quase um quarto de século para se transformarem em áreas urbanas efetivamente adaptadas à realidade e às necessidades de seus moradores.

As edificações voltadas a abrigar alguns serviços locais, tais como escolas, postos de saúde ou clínicas e outros deveriam ser concebidos como estruturas temporais de modo a poderem ser removidas no momento em que suas funções não viessem mais a ser requeridas. Os espaços dessas edificações também deveriam permitir, nas áreas mais pobres, alternar funções para que, por exemplo, funcionassem como escola pela manhã, centro de saúde à tarde e centro comunitário à noite. A flexibilidade dos espaços destinados à prestação de serviços deverá permitir o uso máximo sempre que não seja possível dotar uma comunidade de todas as edificações requeridas para a prestação dos serviços essenciais.

No desenho para um novo assentamento dever-se-á buscar a preservação de alguns elementos existentes no terreno selecionado para tal. Isto significa a preservação de alguns edifícios que contenham algum significado do passado desse local e de árvores especialmente selecionadas pelo porte ou por alguma importância para a composição da nova paisagem urbana local.

A participação da comunidade local constitui-se num recurso da maior importância para assegurar algum tipo de continuidade no novo assentamento urbano, na sua etapa de projeto. Moradores das áreas periféricas ao assentamento e os futuros moradores poderão contribuir significativamente para dotar o projeto urbanístico e o desenho urbano em particular de idéias e propostas que permitam estabelecer algum tipo de vínculo entre o passado e o futuro, evitando que se construa um determinado conjunto sem nenhuma relação com o entorno e a história dessa unidade territorial, como as Companhias de Habitação Popular fizeram praticamente em todo o país. A participação da população desde a etapa de projeto, tomando decisões e recomendando iniciativas, fará com que estes futuros moradores se acostumem desde cedo a ter voz ativa no processo decisório do bairro. Isto fará com que se inverta o tradicional processo "de cima para baixo" que vigora no país, nas regiões e localidades, e se criem novas dinâmicas através da permanente participação dos atores interessados nos problemas do novo assentamento, isto é, seus próprios moradores e demais usuários (pequenos empresários, trabalhadores, funcionários, etc.).

Para assegurar o máximo de adaptabilidade do novo assentamento deve existir não apenas um projeto urbanístico e um desenho urbano, mas um plano geral de desenvolvimento do assentamento. Tal plano teria metas de longo prazo e uma estratégia para que estas metas pudessem ser alcançadas, além do estabelecimento das formas organizacionais através das quais a população afetada poderia controlar sua execução. No exemplo já citado dos assentamentos habitacionais construídos através de uma COHAB verificou-se, por exemplo, que as áreas destinadas a praças e jardins terminaram por se transformar em depósitos de lixo ou áreas invadidas por edificações não previstas do projeto urbanístico inicial. Isto significa a existência de um total divórcio entre os moradores desses conjuntos habitacionais e o processo de tomada de decisões sobre o bairro onde moram, o que tem feito possível o deterioro de partes importantes do bairro em detrimento do direito e das necessidades desses mesmos moradores.

A organização dos moradores que viesse a fazer o acompanhamento na execução do plano de desenvolvimento do assentamento poderia criar uma unidade voltada especificamente às questões ambientais. Isto visaria estimular os moradores a se defrontar com questões como, por exemplo, a coleta de lixo, a manutenção da cobertura vegetal existente, o plantio em novas áreas, a poluição sonora e outras questões que viessem a ser identificadas como importantes pela comunidade afetada. Adaptabilidade e continuidade no novo assentamento serão condições asseguradas pelos próprios moradores e/ou usuários na medida em que possam intervir nas propostas de desenho urbano que venham a ser feitas em cada etapa de execução do plano de desenvolvimento estabelecido com a participação dos interessados, os usuários.

V. INFORMAÇÃO

Torna-se importante dotar, os moradores de um novo assentamento urbano, das informações suficientes para que possam acompanhar e participar efetivamente do processo local de desenvolvimento. Organizações com suporte comunitário e/ou municipal, atuantes no assentamento, devem ser encorajadas a divulgar o que estão propondo e fazendo para que a comunidade como um todo e cada cidadão em particular esteja consciente do que está acontecendo e como isso afeta seus interesses e expectativas.

Centros de informação poderiam ser criados nas escolas, igrejas, na biblioteca do bairro, na Prefeitura, na sede da Associação Comunitária e em outros locais visando informar os moradores e demais usuários do novo bairro sobre que iniciativas estão sendo propostas ou executadas pelos organismos competentes. A existência de um jornal de bairro também seria desejável para fazer circular, com certa periodicidade, a informação necessária para manter ativa, participando, a população local. Na loja dos correios, no supermercado ou outro local adequado, poderiam ser exibidos vídeos com informações da semana, recomendações aos moradores e sugestões educativas para a resolução de problemas existentes nessa comunidade.

As escolas poderiam ampliar suas atividades para atender os pais e visando oferecer novas oportunidades de aprendizado ou formação profissional. Os residentes, além de aprender, também poderiam dar aulas sobre o que fazem, difundindo informações importantes entre as pessoas, o que geraria novas oportunidades de conhecimento, de emprego, de prestação de serviços remunerados ou voluntários e de ações cooperativas dentro da comunidade.

Assim como a propriedade da terra, torna-se importante, como o afirmava o Professor Kevin Lynch, que os meios de comunicação pertençam à comunidade. Com isso, se evitaria a manipulação que realizam os meios privados de comunicação, hoje tão difundida em todo o mundo ocidental, fazendo com que os interesses individuais sejam propagados como sendo necessidades coletivas.

No passado, afirmou Lynch, as pessoas eram adaptadas ao ambiente urbano. Agora, se é que o ser humano quer adaptar o ambiente às suas próprias necessidades, terá que apreender quais são realmente tais necessidades e como a adaptação a elas é realizada.

Concluiria afirmando que, num país onde o processo de planejamento, o plano de desenvolvimento, o projeto e o desenho urbano não são levados a sério e, na maioria dos casos, até inexistem na construção das cidades e de suas partes, as idéias de Lynch podem parecer propostas utópicas ou até mesmo incompatíveis com a nossa idiossincrasia. No entanto, torna-se fundamental repensar imediatamente a prática levada a cabo por autoridades estaduais e municipais no processo de intervenção urbana para que se possa evitar o que se tem feito até hoje no sentido de privilegiar o interesse privado ante o interesse coletivo, privilegiar o interesse do negócio em detrimento do interesse da natureza, isto é, das demandas essenciais de caráter ambiental.

PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES DE AUTORIA DE KEVIN LYNCH

The Image of the City. Cambridge MA: MIT Press, 1960.

Site Planning. Cambridge MA: MIT Press, 1962.

What Time is This Place? Cambridge MA: MIT Press, 1972.

Managing the Sense of a Region. Cambridge MA: MIT Press, 1976.

Good City Form. Cambridge MA: MIT Press, 1981.

City Sense and City Design: Writings and Projects of Kevin Lynch. Organizado por Banerjee, T. & Southworth, M.. Cambridge MA: MIT Press, 1990.

A METODOLOGIA DA ANÁLISE SINTÁTICA

Estudo Comparativo entre a Favela do Timbau e o Conjunto Marcílio Dias

Fernanda Magalhães[1]

A metodologia da análise sintática foi desenvolvida na Bartlett School of Architecture and Planning[2] pelos professores Bill Hillier e Julienne Hanson[3]. Consiste, basicamente, na descrição da estrutura configuracional da morfologia urbana, entendida como sistema de espaços livres públicos (não edificados), representada através de dois sistemas: o sistema de espaços convexos e o de linhas axiais (ou eixos). O sistema axial reduzido ao menor número de linhas que cobre todo o espaço urbano (e atravessa todos os espaços convexos do sistema) constitui o mapa axial. Sendo a estrutura urbana contínua, o sistema será também contínuo. O sistema convexo reduzido ao conjunto de espaços convexos de maior área representa o mapa convexo.

Estas duas representações não tomam diretamente em consideração relações geométricas ou métricas, mais sim topológicas, na medida em que transformam o conjunto de espaços num sistema de ligações construído a partir de um grafo axial em que o conjunto de interseções das linhas axiais (ou eixos) são representadas matricialmente. Essa matriz representa o conjunto de conexões de cada linha com todas as outras do sistema. Ainda que o mapa axial e o convexo ignorem a escala, a análise sintática retoma muitas vezes questões relacionadas com a métrica através de, por exemplo, considerar o comprimento de um "eixo" (ou linha axial).

O sistema axial e o convexo são elaborados a partir da planta transformada num mapa de fundo-figura, em que os espaços a preto representam o edificado e a branco o sistema livre contínuo de espaços públicos. O mapa axial é desenhado colocando-se uma régua contra um vértice da massa edificada, a preto no mapa fundo-figura, e alinhadando-a até que esta encontre o vértice mais distante no lado oposto da rua. Os mapas axiais e convexo podem ser construídos manualmente ou com recurso ao computador através do programa informático chamado Axman, elaborado na Bartlett. Esse programa transforma automaticamente o mapa axial na matriz axial ou convexa e calcula o conjunto de medidas sintáticas associadas.

---

[1] Arquiteta e PhD (University College); Professora Catedrática da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Licenciatura em Urbanismo) e Professora Auxiliar do Instituto Superior Técnico (Licenciatura em Engenharia do Território e Civil), ambos em Lisboa. Pesquisadora associada ao PROARQ, FAU/UFRJ.

[2] A autora deste trabalho concluiu o doutoramento em 1992 nessa escola e teve como orientadora a Doutora Julienne Hanson, tendo sido o outro autor da metodologia, Prof. Bill Hillier o arguente do júri de doutoramento. O presente trabalho foi extraído da respectiva tese.

[3] Essa metodologia é apresentada pelos autores no livro publicado em 1984 com o título "The Social Logic of Space".

O sistema de espaços convexos representa os lugares de permanência no espaço urbano ocupados por aqueles que permanecem estáticos, e por isso a sua dimensão mais alargada (correspondem a unidades mais contidas e mais naturalmente vocacionadas para o estar e o convívio - espaços de contenção), enquanto no sistema de espaços axiais onde a dimensão longitudinal é predominante, está mais associada a propriedade de espaço canal da forma urbana, e portanto ao movimento, deslocação e acessibilidade. Essas duas representações bi-dimensionais simplificadas da estrutura morfológica do espaço urbano (axial e convexa) tomam basicamente as propriedades da acessibilidade e da visibilidade para a sua definição, de forma que o sistema de espaços convexos ou de linhas axiais representa o conjunto de espaços visíveis e acessíveis da estrutura urbana.

A propriedade de visibilidade e acessibilidade é obviamente determinante na forma como o movimento peatonal se processa no espaço, assumindo a estrutura urbana a função de natureza social capaz de organizar os padrões de movimento e intensidade de uso do espaço. Essa dimensão social da forma urbana é explorada mais aprofundadamente na análise sintática através da observação de como os diferentes gêneros (homens, mulheres e crianças) estão presentes no espaço, através da representação dos padrões de deslocação e estar nas ruas, sendo a deslocação relacionada com o sistema axial. A presença simultânea dos grupos sociais (co-presença) revela ainda informações adicionais de como o espaço urbano sustenta as relações sociais.

A representação do sistema contínuo de espaços permite compreender as dimensões locais e globais do espaço, bem como perceber a sua lógica social (local e global). Para tal a análise sintática identifica dois grupos sociais que estão co-presentes no espaço urbano: os visitantes e os moradores. O sistema urbano deve promover naturalmente o relacionamento entre esses dois grupos de forma a garantir a sua vitalidade e urbanidade, evitando desequilíbrios que podem levar ao isolamento ou à perda excessiva de privacidade e identidade dos habitantes.

Segundo Hillier e Hanson, a associação entre as propriedades sintáticas do sistema, particularmente daquela que melhor parece estar relacionada com a acessibilidade da forma urbana - a profundidade axial e a atividade peatonal, entendida como os padrões e distribuição de movimento no espaço urbano (medido pelo número de pessoas que se deslocam em cada linha axial ou eixo) oferece informações acerca do comportamento da configuração morfológica enquanto campo potencial de encontro e interação entre os grupos sociais (de gênero, e entre visitantes e habitantes) e permite entender como a configuração espacial pode estruturar as relações sociais.

A esses sistemas de representação (axial e convexo) está associado um conjunto de medidas estabelecidas em função das noções de profundidade, contiguidade e controle dos espaços. Profundidade é entendida sintaticamente como o número de espaços necessários para ir de um espaço a outro do sistema (distância sintática), e pode ser compreendida através da noção comum de acessibilidade, ou seja quanto mais complexo for o percurso (em que o pedestre tenha muitas vezes que mudar de direção ou de eixo) menos acessível será o espaço. A contiguidade corresponde às relações de adjacência entre espaços no sistema e a sua intensidade é medida através do número de espaços confinantes com o espaço em questão.

A medida de controle expressa a importância de um espaço no conjunto dos outros espaços enquanto ponto de passagem. Um espaço que seja um ponto de passagem obrigatório para ir de um lugar a outro no sistema, em que não existam caminhos alternativos, é um espaço sintaticamente controlado. O controle varia entre 0 e 1 e é uma propriedade local correspondente às relações de vizinhança de um espaço com os outros adjacentes, assim como a contiguidade; enquanto a acessibilidade, ou profundidade, expressa uma propriedade global do espaço correspondente às inter-relações estabelecidas por todos os espaços do sistema e é determinante do padrão de movimento no sistema urbano.[4]

A propriedade da contiguidade e da profundidade são expressas respectivamente pelas medidas sintáticas chamadas conectividade e integração. Esta última, conhecida pelo inverso (RAI) da RRA (Real Relative Assimetry), varia entre 0 e 1, em que os espaços de maior acessibilidade ou integração apresentam os valores mais elevados, ou seja, mais próximos de 1. Outro conjunto de medidas entre as locais e globais, chamadas de raio "n", destina-se a medir a relação entre um espaço e todos aqueles que estão a uma distância sintática "n" do mesmo. As medidas mais utilizadas são as de raio 3, pois apresentam os valores mais expressivos.

No mapa axial, os valores das medidas sintáticas de controle, conectividade e integração são representados colorindo os eixos em tons que variam do vermelho ao azul (ou do preto ao cinza claro, se as figuras forem a preto e branco), de forma que as linhas com os valores superiores são representadas a vermelho (ou a preto no mapa a preto e branco) enquanto as de menor valor a azul (ou a cinza claro no mapa a preto e branco). O conjunto dos 15% de linhas axiais de valor superior no sistema representam o casco e são representadas a vermelho ou preto. Hillier and Hanson sugerem que os espaços mais integrados do sistema, e portanto aqueles que são mais acessíveis, localizados no chamado casco de integração (*integration core*), possuem maior movimento peatonal. A forma do casco oferece informações importantes sobre a acessibilidade global da malha e os padrões de movimento, sendo a forma mais comum nas cidades ocidentais européias a que se assemelha a uma roda deformada (*deformed wheel*) composta por um centro, respectivos raios e aro periférico. O casco poderá ser contínuo ou descontínuo, interior (profundo - *deep*) ou periférico (raso - *shallow*).

[4] A aplicação sistemática da metodologia tem comprovado que há uma relação entre a propriedade da profundidade e a intensidade de uso de um espaço, medida através de correlações entre a integração e a intensidade de movimento pedonal expressa através do número de peões em cada linha (densidade de actividade pedonal). Isso significa que os espaços de maior densidade de movimento, ou mais utilizados, são os mais acessíveis do sistema e aqueles mais segregados, ou com menores taxas de utilização em termos de actividade pedonal, são os menos acessíveis do sistema, estabelecendo dessa forma uma relação directa entre a configuração da malha urbana e o grau de utilização social do espaço. Essa relação permite portanto inferências e simulações sobre o padrão de actividade pedonal de um espaço através das caratreísticas da configuração da forma assumida pela malha urbana.

INTEGRAÇÃO MARGINAL - UMA ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA

O presente trabalho aplica a metodologia da análise sintática (*space syntax*) ao estudo comparado da Favela do Timbau, no complexo da Maré, enquanto caso representativo de ausência de planejamento urbano, com o de Marcílio Dias, loteamento de habitações sociais que representa um processo formal de planejamento. Em ambos os casos é feita a caracterização dos padrões espaciais e de interação social.

Na primeira parte deste trabalho é feita uma descrição intuitiva das duas áreas então seguida da análise sintática. O estudo dos padrões de interação social no espaço é feito através da análise do movimento peatonal e de fluxos de origem e destino (O/D). O estudo de origem e destino permite analisar mais detalhadamente o tipo de deslocações e a proporção de habitantes e visitantes nos respectivos fluxos.

O estudo conclui com o argumento de que é a conjugação entre integração, referenciada como integração marginal, e segregação que regula socialmente e fisicamente os dois espaços. É essa característica fundamental dos dois aglomerados que faz com que, apesar da sua relativa segregação, o espaço seja usado de forma racional para construir uma interação com a sociedade em geral sem constituir uma unidade de vizinhança fechada.

DOIS LUGARES: TIMBAU E MARCÍLIO DIAS

Timbau cresceu irregular e desordenado durante 50 anos até consolidar-se numa malha muito deformada composta por trinta e três quarteirões irregulares preenchidos por edifícios alinhados sem logradouro. Esse tecido irregular e fragmentado definido por ruas e vielas tortuosas, com ilhas construídas que variam em tamanho e forma, contrasta com a malha altamente geométrica de Marcílio Dias. No loteamento, a malha é composta por ruas dispostas ortogonalmente que formam quarenta e cinco quarteirões, subdivididos em 1002 lotes com moradias unifamiliares implantadas ao centro do lote.

A unidade básica da organização espacial em Timbau é a rua, enquanto que em Marcílio Dias são os quarteirões que organizam o espaço urbano. A casa é o determinante da forma urbana em Timbau, enquanto que em Marcílio Dias esta é uma consequência.

Os dois aglomerados são marginais ao conjunto da malha urbana da cidade do Rio de Janeiro, pois possuem limites muito demarcados, cortados a norte pela Baia de Guanabara e a sul pela Av. Brasil (uma das principais artérias de saída da cidade que dá acesso à Rodovia para São Paulo). Constituem o que se pode chamar de uma cidade dos pobres.

O deslocamento peatonal é mais fácil em Timbau do que em Marcílio Dias, pois apesar da aparente desordem, irregularidade e complexidade da malha, há uma estrutura urbana claramente perceptível. Na realidade, apesar das aparentes diferenças, os dois aglomerados parecem seguir uma estrutura urbana semelhante, organizada a partir de três tipos distintos de espaços, a que correspondem, como esse trabalho pretende demonstrar, a diferenças no modo como o movimento peatonal se distribui no espaço.

Espaços canais mais largos - a que se convencionou chamar as ruas principais - constituem um sistema continuo que atravessa o aglomerado e tem ligação com as ruas exteriores circundantes, permitindo a circulação de veículos. Esses espaços são mais acessíveis do exterior dos aglomerados, concentram atividades comercias ou de usos não exclusivos dos residentes (tais como escolas, edifícios religiosos, a associação de moradores), e são portanto estratégicos, pois beneficiam-se do movimento de moradores (movimento local) e de visitantes ao local (movimento global), o que virá a ser confirmado pelas observações e contagem do movimento peatonal.

Os espaços identificados como as ruas locais atingem as zonas centrais no interior dos aglomerados, permitindo o acesso de veículos, ainda que terminem numa extensa rede de espaços pedonais inacessíveis aos carros sem saída para os veículos. A extensa malha de ruas pedonais, que dá acesso às zonas mais reconditas e reservadas dos aglomerados, é formada por espaços quase que só residenciais e constituem territórios locais em que o acesso a estranhos é muito controlado e restrito. As ruas locais e as pedonais funcionam, na realidade, como extensões do domínio privado das casas.

As três praças formam grandes pontos de confluência, localizados estrategicamente no sistema – no entroncamento das ruas locais com as pedonais em Timbau e em Marcílio Dias – posicionadas no centro de cada um dos núcleos residenciais contidos pelas ruas principais. Essas praças são um território intermédio entre a escala local, dominada pelos moradores e a escala global aberta à cidade. Os resultados do inquérito desenvolvido demonstraram ser esses espaços, bem como as ruas de ligação ao exterior do aglomerado, os lugares preferidos de encontro da população. Esses resultados permitem sustentar a hipótese de que o movimento peatonal nesses aglomerados tem uma natureza centrífuga (orientada para o exterior).

Nas duas zonas estudadas, as ruas são espaços importantes da vivência social, são usadas de forma intensa para brincadeiras infantis, para convívio dos adultos, relações de vizinhança, atividades comerciais e de trabalho. Os espaços públicos são lugares de intenso movimento. As lojas com grandes aberturas para as ruas aproximam-se do movimento peatonal e dos moradores. As ruas, de um modo geral, estão sempre cheias de gente. As mulheres, depois de terminarem as tarefas domésticas, à tarde, sentam-se à porta de casa a conversar e a observar o movimento das ruas enquanto mantêm as crianças sob vigilância. Ao final do dia de trabalho e aos fins de semana, os bares estão sempre cheios, com homens a conviver, a jogarem cartas e bilhar, e nas manhãs de sábado há sempre jogo de bola. As crianças estão por todos os lados, nos telhados das casas a empinar os papagaios, a jogar a bola nas ruas, mesmo naquelas mais estreitas e escondidas. As ruas e travessas são apropriadas por vendedores ambulantes que, com seus pequenos tabuleiros, vendem todo o tipo de mercadorias.

Os resultados dos inquéritos e das observações indicam que há uma clara divisão de gênero e uso do espaço. As crianças preferem marcadamente as ruas locais e as ruas pedonais (60% em Timbau e quase 100% em Marcílio Dias), e outras localizações específicas, como as praças em Timbau (40%) e a zona da doca de pesca em Marcílio Dias (aproximadamente 15%). Os espaços ocupados pelas crianças e pelas mulheres não são os mesmos, entretanto

são mutuamente visíveis, de forma que é possível manter a vigilância dos mais novos. O local de encontro preferido das mulheres é a porta de casa (85% em Timbau e 95% em Marcílio Dias), enquanto os homens preferem encontrar-se nos bares (100% em Timbau e 75% em Marcílio Dias). Dados que permitem afirmar que as mulheres convivem mais nas proximidades imediatas da habitação e têm por isso uma maior dependência do espaço para sustentar as relações sociais.

Há pouca sobreposição dos lugares de encontro por gênero, sendo quase inexistente a participação dos homens nas conversas femininas à porta de casa ou a presença de mulheres nos bares. Há marcadamente hábitos femininos e masculinos diferenciados.

Essas observações parecem apontar para a importância que o lugar (o espaço), tem na organização das relações e nos padrões de interação dos grupos sociais. A análise sintática demonstra que as características locais e globais do espaço parecem constituir importantes elementos estruturadores do movimento peatonal, e dos padrões de encontro dos grupos sociais. O estudo de caso deverá, através da aplicação da análise sintática e da realização de estudos da distribuição do movimento peatonal, oferecer um contributo para a compreensão das implicações da configuração morfológica do espaço na forma como os grupos sociais interagem e se organizam.

A ANÁLISE SINTÁTICA

A análise sintática foi aplicada a várias escalas de inserção dos aglomerados na malha. O sistema de inserção mais alargado corresponde ao aglomerado com sua área adjacente de enquadramento. A dimensão da área de enquadramento foi determinada de forma a evitar o aparecimento de qualquer efeito relacionado com os limites da malha que pudesse falsear os resultados da análise sintática da área de interesse.[5] O sistema de inserção intermédia excluiu o conjunto de habitações sociais vizinho ao Timbau e a zona da favela vizinha a Marcílio Dias. O sistema menor mostra a malha de cada um dos aglomerados isolada.

O mapa axial, composto pelo número mínimo de eixos que cobre todo o sistema de ruas e espaços públicos da malha urbana, estrutura a distribuição do movimento peatonal e regula a interação entre visitantes e moradores. O mapa axial de cada um dos aglomerados revela que em Marcílio Dias a malha é estruturada de forma a permitir que os visitantes cruzem facilmente o aglomerado passando pelo seu centro, enquanto que em Timbau os visitantes são forçados a passar pela periferia, nunca penetrando nas zonas mais reservadas ou tendo acesso a grande parte do aglomerado.

[5] Esse efeito é explicado por Hillier e Penn num trabalho publicado pela Brtlett (Is Dense civilization Possible?: or the shape of cities in the 21st century. 1991) como as imprecisões próximas à zona em que a malha foi artificialmente interrompida para a análise.

Nos dois lugares só um número restrito de eixos não muito interiores é mais acessível aos visitantes. Essa característica espacial da malha é identificada pela propriedade sintática chamada "profundidade", que é medida através do número de vezes necessário para mudar de eixo (ou de direção) para ir de um ponto a outro da malha. Os eixos de menor profundidade, a princípio, são também mais acessíveis a aqueles que não conhecem a zona, ou seja, aos visitantes. Uma excessiva fragmentação espacial da malha com inexistência de ligações axiais diretas que possibilitem o acesso do exterior ao interior do sistema sem excessivas mudanças de eixos ou de direção dificulta a penetração de população visitante e inibe a sua capacidade de deslocação na malha.

A análise do mapa que representa 15% dos eixos mais longos (Fig. 1) mostra que os espaços mais longos são relativamente pouco profundos nos dois aglomerados, e que a malha parece estar estruturada de forma a garantir que uma grande parte, composta por eixos muito mais curtos, permaneça interior (profunda) e pouco acessível aos visitantes (e portanto do exterior) e relativamente à parte do movimento natural da zona. Esta característica é explicada pelo fato de que o comprimento do eixo diminui proporcionalmente à profundidade fazendo com que as linhas mais longas sejam também as menos profundas, o que é comprovado na tabela da Fig.2 pela comparação entre o comprimento e a profundidade de cada eixo nos aglomerados. Os números indicam a ordem de comprimento das linhas.

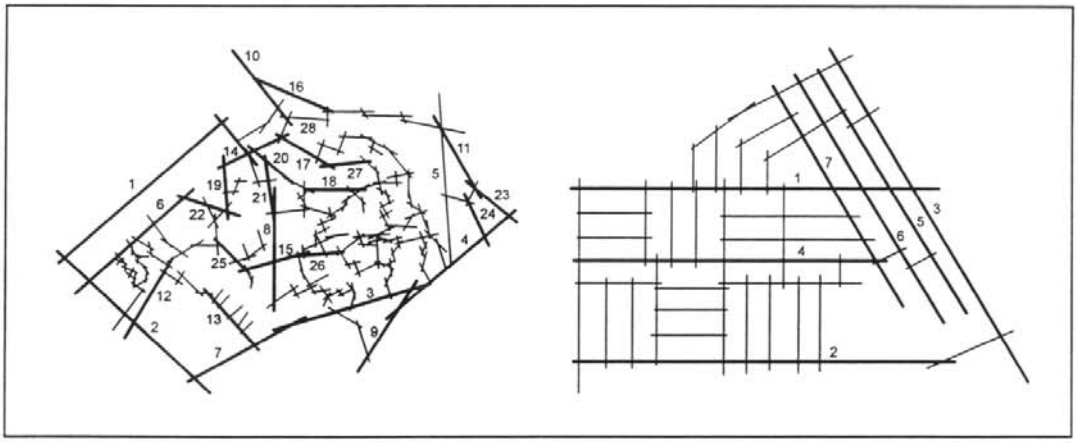

Figura 1 *- Os 15% dos eixos mais longos de Timbau e de Marcílio Dias.*

	1+2	3+4	5+6	7+8
Timbau	65m	28.5m	22m	19m
Marcílio Dias	114m	48m	10m	-

Figura 2 *- Profundidade média x Comprimento das linhas axiais.*

A malha de Marcílio Dias é de modo geral menos "profunda" (do exterior) que a de Timbau, ainda que a posição estratégica das praças seja semelhante nos dois aglomerados - são espaços interiores (relativamente profundos) que estão sempre na interseção entre os eixos interiores mais longos e menos profundos com um número significativo de pequenos espaços pedonais interiores e profundos, por isso assumem papel de relevo como espaços de transição entre as zonas mais acessíveis aos visitantes e aquelas partes mais interiores dos aglomerados quase exclusivas dos moradores.

A integração, outra medida sintática que mede a acessibilidade relativa de cada eixo no sistema a partir de qualquer outro eixo, parece confirmar as características descritas acima. O mapa de integração para o sistema 1, que representa os aglomerados isolados, revela que o casco da integração (o conjunto dos 15% dos eixos mais integrados) no caso do Timbau concentra-se no perímetro ocidental, na parte mais antiga do aglomerado cuja malha é contigua à favela vizinha (Fig. 3).

Já foi referido que os diversos estudos sintácticos têm demonstrado que há uma correlação sistemática entre a propriedade da "integração" e a quantidade de movimento peatonal de cada eixo. Pode-se inferir, portanto, que nas duas áreas estudadas o movimento contínuo, aquele que não depende de nenhum destino pré-fixado no interior da malha, ou seja, de atravessamento, passa em Timbau pela periferia da malha, de forma a evitar a penetração dos visitantes no interior, enquanto que em Marcílio Dias este passa pelo centro.

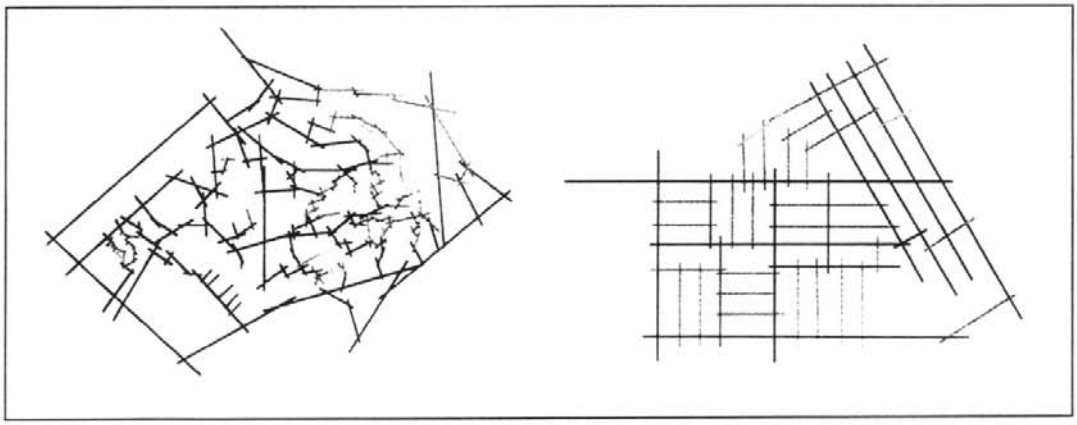

Figura 3 *- Casco de Integração de Timbau e de Marcílio Dias.*

Ao olhar para a distribuição de integração de Marcílio Dias e de Timbau é possível comprovar a existência de um código duplo representado por alguns poucos eixos longos e integrados (que correspondem às ruas que passam veículos) que se contrapõe ao sistema de ruas pedonais compostas por eixos muito curtos e muito segregados e que dão acesso às zonas mais interiores isoladas.

Os mapas de integração revelam também a existência de uma relação entre as propridades tipo-funcionais dos espaços e as suas características sintáticas. Essa relação está presente nos três tipos de espaços referidos anteriormente: um sistema de ruas principais, que corresponde aos eixos mais integrados, uma rede de ruas locais, de integração média, e um sistema numeroso de ruas pedonais, que constituem espaços bastante segregados. Na tabela abaixo é possível ter-se uma idéia das diferenças desses espaços em termos das respectivas medidas sintáticas, tomando-se as médias para o comprimento do eixo, profundidade, conectividade, controle (CV) e integração (RAI e RA3).

	Principais Locais Pedonais		
	Timbau/M. Dias	**Timbau/M. Dias**	**Timbau/M. Dias**
nº eixos	25/6	14/7	48/33
Comp.	69.833/105	42.692/72	19.483/37
Prof.	2.917/2.33	6.692/3.5	5.837/3.6
Con	3.769/7.7	4.167/5.5	2.395/3.0
RAI	.784/2.5	1.059/1.9	.743/1.62
CV	1.153/2.4	1.269/1.55	.945/.70
RA3	1.595/2.723	1.819/1.893	1.158/1.804

***Figura 4** - Medidas sintáticas para as tipologias de espaços.*

Os números mostram que em Marcílio Dias os eixos são 50% mais longos que em Timbau. De um modo geral, os valores são melhores para Marcílio Dias. Os valores superiores de controle sugerem que os espaços mais acessíveis no sistema são também fortemente controlados localmente. Em Timbau são as ruas locais que têm o melhor desempenho, o que talvez possa ser explicado por serem esses espaços que inter-conectam a parte mais integrada com a mais segregada do aglomerado, funcionando como espaços de distribuição do movimento peatonal e de interação entre visitantes e moradores, função reforçada pela localização estratégica das praças.

As diferenças no comprimento e profundidade das ruas principais e locais confirmam a tendência de limitar o movimento pedonal de atravessamento (que garantem uma maior presença de estranhos no local), de forma que os vistantes tenham pouca vontade de circularem nos espaços interiores pedonais. As ruas principais são claramente as mais compridas, em média quase três vezes maiores que as pedonais, mais de modo sistemático a uma redução no comprimento da linha entre as ruas principais e as pedonais. As ruas locais e as pedonais são igualmente profundas, e portanto, um pouco mais difíceis de alcançar desde espaços exteriores ao aglomerado (globais).

O conjunto de medidas indica que o sistema de ruas pedonais é segregado e fragmentado, constituindo territórios locais onde os visitantes são desencorajados, pela configuração morfológica da malha, a visitar. Esses espaços correspondem a uma rede muito extensa (em

Timbau correspondem a 50% dos eixos e em Marcílio Dias a 70%), e a sua importância está relacionada com a ampla área de cobertura de distribuição do movimento peatonal no interior dos aglomerados. É de notar que sejam essas ruas aquelas que apresentam maior concentração de comércio, o que pode indicar que o comércio é estruturado apenas para servir os moradores.

As ruas com comércio são em média mais compridas que as restantes (46.5 m contra 21.6 m em Timbau e 55.26m contra 24.62m em Marcílio Dias). A tabela da fig. 5 mostra que em Timbau as ruas comerciais são mais profundas (interiores), o que indica que o comércio é muito voltado para o interior, e dependente quase que unicamente do movimento peatonal dos moradores no interior da malha. Em Marcílio Dias o comércio se localiza em eixos menos profundos (menos interiores), o que sugere alguma importância enquanto lugares de encontro entre os moradores e os visitantes. Os números são expressos em 100m e relativizados pelo comprimento do eixo.

	1+2	3+4	5+6	7+8	9+10	11
Timbau	1.6	.72	1.57	.29	.46	0
Marcílio Dias	4.8	5.68	0	–	–	–

***Figura 5** - Densidade de comércio por níveis de profundidade.*

A análise parece, em suma, demonstrar que nos dois aglomerados a segregação, assim como a integração, são características morfológicas chave para a compreensão da organização da estrutura de espaços públicos, ainda que seja a interação entre os moradores sustentáculo das relações sociais.

O enquadramento da malha dos aglomerados na sua zona envolvente imediata e mais alargada mostra que há uma forte segregação espacial com relação ao contexto urbano. O alargamento da zona de inserção faz com que o casco de integração se desloque gradualmente para o exterior dos aglomerados e só um pequeno conjunto de linhas periféricas permanece integrado. As características do casco de integração de Timbau na sua área de enquadramento é direcionado para o exterior, mantendo o aglomerado relativamente auto-contido e marginal na sua vizinhança, com uma articulação periférica face ao conjunto da cidade, de modo a salvaguardar o seu interior contra incursões indesejadas de visitantes. Esse efeito de integração periférica, pouco comum, pois o normal das cidades européias estudadas através da análise sintática é a existência de um casco de integração interior forte e coeso, foi aqui denominado integração marginal.

Este trabalho sugere que essa propriedade espacial da malha deve ser interpretada como instrumental no controle da relação local com a global. Constitui um mecanismo sócio-espacial elaborado que permite ao grupo manter a sua dignidade e proteção face a pressões e imposições exteriores (por exemplo as muitas ameaças de remoção).

O mapa de integração de Marcílio Dias na área de enquadramento mais alargada (Fig.6 e 7), mostra que, ao contrário do que aconteceu em Timbau, vários eixos importantes do aglomerado fazem parte do casco de integração, e levam a que este se estenda às zonas vizinhas. A inclusão desses eixos faz com que o casco passe a ter uma natureza menos localizada, trazendo mais globalidade à malha e criando uma maior continuidade com a área de enquadramento, e consequentemente com a malha da cidade. Esse tipo de caso é semelhante ao encontrado em cidades européias. Ainda que contrariamente à norma, no caso de Marcílio Dias, o valor médio da integração do sistema decresce com a inclusão da área de enquadramento e na proporção do aumento dessa mesma área.

Será importante referir que a malha de Marcílio Dias enquadra-se no contexto urbano de forma muito distinta à de Timbau. Enquanto este último constrói integração na malha de modo a circunscrever o contacto entre visitantes e residentes à periferia do aglomerado, no caso de Marcílio Dias a integração atravessa o aglomerado e faz com que os visitantes tenham acesso direto ao centro do aglomerado. É inegável que as duas zonas são relativamente segregadas, e que essa segregação aumenta com a sua inserção num contexto urbano mais alargado, de modo que a interação entre moradores e visitantes fica restrita a poucas ruas e o movimento peatonal de atravessamento (global e não local), maioritariamente de visitantes, é canalizado através do escasso número de eixos mais longos que fazem parte do casco de integração, explicando porque em Marcílio Dias também o enquadramento no contexto urbano não se traduz num aumento do valor médio de integração, mas sim numa redução.

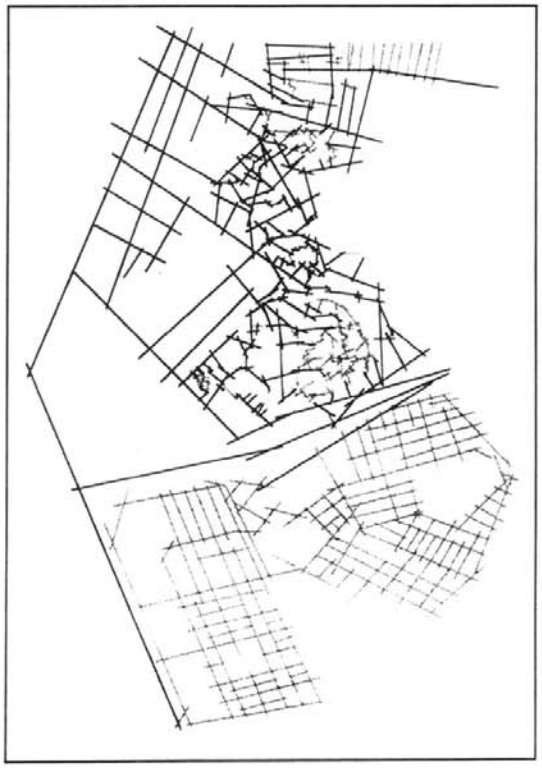

***Figura 6** - Mapa de Integração de Timbau com a área envolvente.*

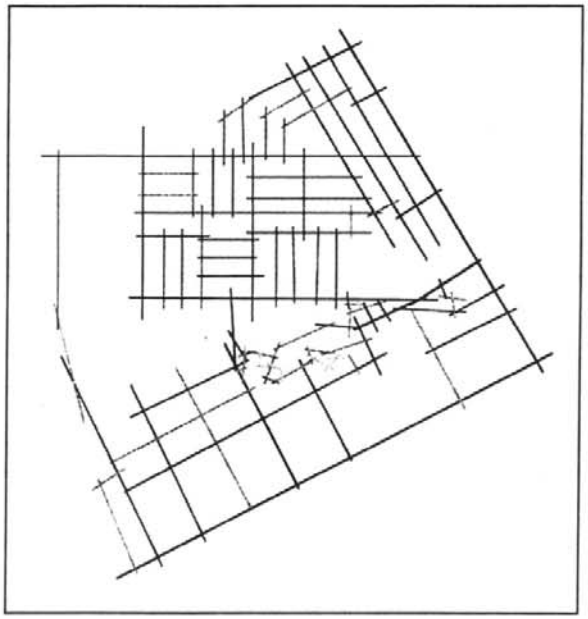

***Figura 7** - Mapa de Integração de Marcílio Dias com a área envolvente.*

Não se deve interpretar, com base nessas características da organização espacial e social dos aglomerados, que o contato com visitantes não é importante para o grupo social. Essa idéia poderia pressupor que estes lugares constituem unidades de vizinhança fechadas com ruas exclusivamente povoadas por moradores. Ao invés disso, a conjugação da integração com a segregação aponta para uma situação em que os visitantes não são excluídos da zona, mas sim postos sob forte vigilância dos moradores.

O movimento peatonal no interior dos aglomerados é intenso, mas pode ser largamente atribuído a deslocações geradas localmente, ao invés de terem a origem ou destino exterior ao aglomerado, sendo que o movimento global (aquele com origem e destino fora das zonas) corresponde a uma parcela marginal do fluxo total de movimento peatonal. O campo social que se origina desse movimento, expresso através da possibilidade potencial de encontro entre as pessoas no espaço público, é controlado localmente e depende da relação entre a configuração da malha do aglomerado (local) e da zona de inserção (global).

O estudo permite concluir que os dois aglomerados possuem uma malha urbana relativamente isolada e auto-referenciada. Persiste assim a dúvida sobre a importância que a malha urbana da cidade tem para as duas zonas, ou seja, de até que ponto se poderá pensar que os aglomerados existem independentemente do espaço urbano mais alargado de que fazem parte. A seguir, o estudo vai analisar em pormenor os dados recolhidos sobre o movimento peatonal nos eixos dos aglomerados, relacionando-os com os padrões de integração sintática e com a respectiva distribuição de forma a tentar dar resposta a esta questão.

O ESTUDO DAS DESLOCAÇÕES PEDONAIS

A observação dos padrões de circulação peatonal e de permanência em cada um dos aglomerados revelou aspectos interessantes (Fig.7). Os dados foram registados em mapas em que a cada eixo foram atribuídos os respectivos valores encontrados de pessoas (separados por gênero nas categorias crianças, homens e mulheres) a efetuar alguma deslocação e as paradas (que poderiam estar enquadradas em duas atividades - jogar ou conversar).

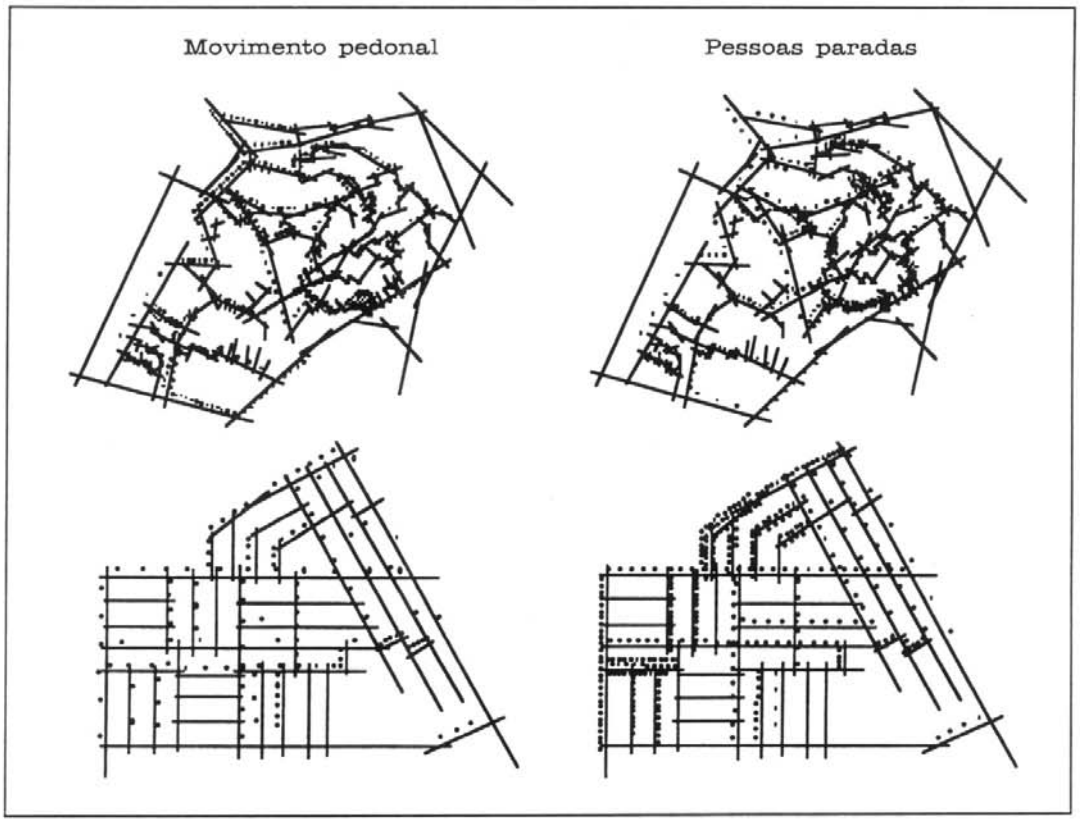

***Figura 8** - Mapas do movimento pedonal e de pessoas paradas.*

Um ponto no mapa representa cada pessoa encontrada por cem metros por minuto. Essas observações confirmaram que as pessoas em movimento e as paradas co-habitam os mesmos espaços, com alguma tendência para a concentração espacial nos eixos mais curtos de acesso Sul no Timbau e na parte superior Norte em Marcílio Dias. O número de pessoas em deslocação é genericamente proporcional à importância morfológica e sintática de cada espaço, ainda que em Timbau, ao contrário de Marcílio Dias, o fluxo seja canalizado para percursos identificáveis que não parecem ter qualquer ligação com espaços exteriores ao aglomerado.

A distribuição de pessoas paradas em Marcílio Dias difere de Timbau, pois concentra-se nas praças e nas ruas pedonais mais isoladas. O nível de interação social no espaço público, entendido como o número de pessoas paradas a conversar ou envolvidas em qualquer outra

atividade social (i.e. jogar cartas), parece não ter relação com a existência prévia de movimento pedonal intenso. Ou seja, a seleção de espaços para o contato social parece ser independente da importância da rua como canal de circulação. Essas observações permitem concluir que em Timbau a interação social depende basicamente do território local e do grupo restrito de moradores da zona, enquanto que em Marcílio Dias a interação social tira proveito das possibilidades de encontro com os visitantes, uma vez que pronuncia-se mais próxima aos principais canais de circulação e de acesso ao aglomerado.

A intensidade de movimento e de atividade no espaço (Fig.8), entendidas como o número de pessoas encontradas em deslocação ou paradas nos espaços públicos dos aglomerados, é muito superior aos valores encontrados por outros estudos sintáticos de ruas residenciais de cidades européias (correspondente a um valor de 2,7 pessoas para cada 100 metros por minuto), como demonstram os valores da tabela abaixo, em números por pessoas por cada 100 metros por minuto.

	Timbau	**Marcílio Dias**
Deslocações masculinas	2.122	2.62
Deslocações femininas	1.885	1.862
Deslocações de crianças	2.049	3.282
Deslocações de adultos	4.007	4.482
Total de Deslocações	**6.052**	**7.76**
Pessoas paradas	15.692	16.062
a jogar	1.939	4.394
a trabalhar	1.119	.716
a conversar	3.361	10.958

***Figura 9** - Intensidade de movimento e atividade no espaço.*

O número de pessoas paradas a desenvolver uma das atividades identificadas (conversar, jogar ou trabalhar), normalmente insignificante em áreas residencias urbanas européias, é muito alto no caso dos dois aglomerados estudados, o que confirma a impressão de que o espaço urbano é intensamente utilizado e que a rua é por excelência um lugar de convivio e encontro.

A estrutura de emprego pode ajudar a explicar esse fenômeno. Por um lado, o grande número de pessoas empregadas no local ou com emprego informal que não exige uma rotina diária e um lugar fixo pode contribuir para que durante o período laboral um grande número de pessoas se encontre no aglomerado. Por outro lado, uma alta taxa de desemprego transitório ou permanente pode também influir diretamente no número de pessoas nas ruas, bem como o fato da maior parte das mulheres ocuparem-se de tarefas domésticas ou exercidas de casa, de forma a poder cuidar das crianças reflete-se no número elevado de mulheres paradas no espaço público. Em síntese, é possivel afirmar que os números indicam uma grande

intensidade de movimento, atividade e de interação social no espaço público e uma vigilância virtual das crianças pelos adultos. Ao compararmos esses dados com a informação sintática é possível ainda perceber que a intensidade de movimento decresce proporcionalmente à profundidade do eixo.

A intensidade de movimento e atividade no espaço urbano é bastante superior nas ruas com algum comércio (8.648 em ruas comerciais contra 4.976 nas restantes em Timbau e 7.533 contra 6.542 em Marcílio Dias). É entretanto no casco de integração que esses valores são mais altos, alcançando taxas de 16.3 em Timbau e 8.09 em Marcílio Dias (bastante altos se comparados com a media que é 5.695 e 7.558 respectivamente em Timbau e Marcílio Dias). Esses resultados, que são semelhantes a outros estudos sintáticos (Hilliet et al, 1990), permitem afirmar que elementos de atração, como o comércio, parecem funcionar como multiplicadores do movimento pedonal ainda que seja a configuração morfológica da malha urbana o principal determinante das deslocações pedonais.

Uma análise mais detalhada da atividade no espaço urbano por gênero durante diversos períodos do dia mostra que os homens, as mulheres e as crianças estão presentes em todos os espaços urbanos públicos dos aglomerados, mas a sua frequência varia ao longo do dia. Há uma maior atividade para os três grupos ao fim da tarde, especialmente de mulheres.

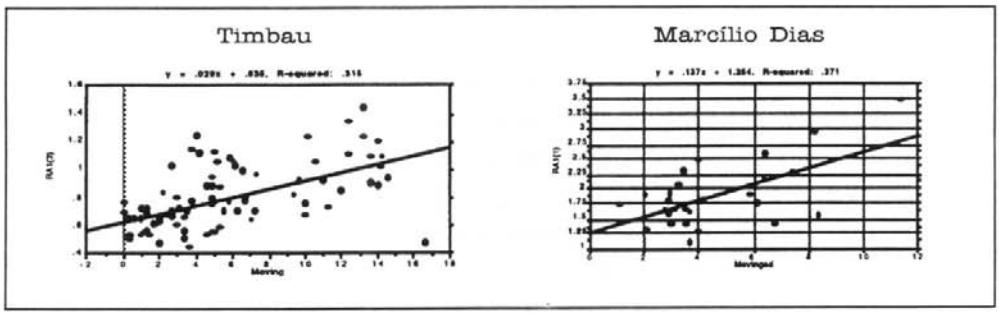

***Figura 10** - Diagramas de dispersão - Integração X Movimento pedonal de adultos.*

Os coeficientes de correlação e os diagramas de dispersão entre a distribuição de movimento e a propriedade sintática da integração (Fig. 10) mostram que há uma forte relação entre o movimento pedonal e a configuração morfológica da malha (expressa através da integração), ainda que não se tenha encontrado nenhuma relação significativa entre essa mesma propriedade e a distribuição da atividade estática ou de permanência (expressa pela distribuição de pessoas a conversar, a trabalhar ou a jogar nas ruas do aglomerado).

Uma análise mais detalhada mostra entretanto que essa relação entre integração e a distribuição de movimento é forte para homens e mulheres mas não para as crianças. Tal pode ser explicado pelo fato de que as crianças exploram o espaço, ao contrário dos adultos que usam o espaço, fator este que induz a uma menor importância da malha. Os gráficos mostram que há uma forte correlação entre a distribuição espacial de movimento de crianças e de mulheres, confirmando a observação de que há uma presença simultânea desses dois grupos no espaço, o que parece natural e positivo.

Ao contrário do Timbau, em Marcílio Dias há uma relação bastante forte entre a distribuição de movimento e da atividade estática no espaço urbano, como os gráficos abaixo demonstram, corroborando a idéia de que os dois aglomerados constroem de forma distinta a relação entre os moradores e os visitantes. Por último, o logarítmo das correlações intensifica as relações entre a distribuição do movimento por gênero (crianças, homens e mulheres) e a distribuição de atividades (a trabalhar, a conversar, a jogar) no espaço, sugerindo que a presença simultânea de uma ou mais atividades e grupos no espaço urbano tem um efeito multiplicador, de forma que quanto maior for o número de pessoas em atividade, maior é o movimento nesse espaço, o que comprova numericamente a idéia já referida nas descrições iniciais de que os espaços urbanos nas duas zonas têm grande vitalidade e são muito utilizados.

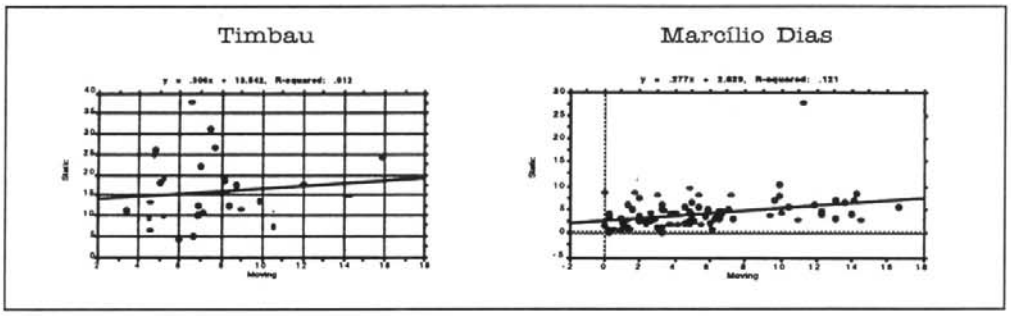

Figura 11 *- Diagramas de dispersão - Movimento pedonal x Pessoas paradas.*

Estudos de origem e destino (O/D)[6] das deslocações pedonais mostraram ainda que a maior parte das pessoas são moradores em deslocações curtas (acima de 80% dos casos). Mais de metade das deslocações (57% em Timbau e 68% em Marcílio Dias) tinham ínicio e fim dentro dos aglomerados, ainda que um número significativo tivesse pelo menos um dos dois destinos exterior (42% e 32% respectivamente para Timbau e Marcílio Dias). Uma vez no interior, a seleção de canais de circulação para efeito de penetração no aglomerado era bastante diferente - em Timbau as deslocações eram canalizadas num único percurso principal enquanto que em Marcílio Dias estas eram dispersas entre um conjunto de percursos.

O estudo também revelou que havia uma separação entre os itinerários escolhidos por pessoas em deslocações interiores daquelas que estavam de passagem pelos aglomerados - as primeiras escolhiam eixos mais profundos do ponto de vista sintático do que as segundas. O pequeno número de pessoas de passagem pelos aglomerados (somente 5 pessoas em 360 em Timbau e nenhum em Marcílio Dias) e o número reduzido de visitantes demonstra que a maioria das pessoas em movimento nas duas zonas são moradores ou visitas dos mesmos (visitas que se destinavam a algum morador).

[6] Esses estudos foram, de modo pioneiro e inovativo, associados à análise sintática na tese que este trabalho toma como base.

CONCLUSÕES

Essas observações permitem concluir que a malha urbana nos dois aglomerados é estruturada de forma a permitir uma forte e intensa relação entre moradores, ainda que, como a análise sintática demonstrou, isso seja feito de uma forma lógica e bastante complexa de forma a não ignorar o contato e convivência com os estranhos ao local, tirando proveito da inserção do aglomerado na cidade. Em muitos aspectos a malha urbana de Timbau e de Marcílio Dias parece ser muito diferente quantitativamente e qualitativamente de outras áreas urbanas européias analisadas pela análise sintática, pois apesar da sua inegável vitalidade e qualidade urbana, são espaços muito mais localizados e fechados. No entanto, a análise morfológica demonstrou que a configuração da malha tem uma inegável influência nos padrões de movimento e uso dos espaços públicos.

A análise do espaço urbano de Timbau e de Marcílio Dias demonstrou que, apesar de terem uma estrutura muito voltada para o interior, muito local, não são espaços particularmente fechados em si mesmos. Todas as suas características morfológicas, inclusive a sua segregação marginal, devem ser entendidas como instrumentais, não disfuncionais.

As ligações da malha com a cidade e a forma de inserção dos aglomerados na envolvente demonstraram que não se tratam de unidades de vizinhança nucleares fortemente isoladas, muito pelo contrário, o espaço parece estruturar-se de forma a tirar o máximo proveito das suas relações com a cidade sem perder uma forte coesão local, e desse modo o contato com estranhos funciona como um componente importante na estruturação do grupo social.

A análise sintática permitiu demonstrar que nos dois casos o espaço urbano é usado racionalmente de forma a ultrapassar o relativo isolamento do grupo pela construção de uma importante relação com o mundo exterior, ainda que seja esta fortemente controlada pelo grupo e subjugada a configuração morfológica do local. O espaço assume assim um importante papel de controle, e constitui um instrumento de poder.

As duas áreas, e mais particulamente Timbau, são bons exemplos de como uma parte da cidade pode manter as suas caracteristicas locais diferencidas com um forte sentido de lugar sem perder a continuidade e a ligação face ao conjunto da cidade. Seria portanto, completamente equivocado interpretá-las como estruturas espaciais locais sem qualquer articulação global como a idéia que unidade de vizinhança poderia indicar.

Por fim, este estudo sugere que é na complexa conjugação entre a propriedade sintática de integração com a segregação que está a chave para a compreensão da riqueza espacial das duas áreas, não podendo a integração ser vista como única condição desejável e necessária. Chama também atenção para a necessidade de adotar uma perspectiva menos simplificada dos sistemas urbanos, uma perspectiva que admita a sua inerente complexidade e ambiguidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HILLIER, Bill and HANSON, Julienne. The Social Logic of Space. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HILLIER, B. and PENN. *Is Dense Civilization Possible? Or The Shape of Cities* in the 21st Century. Mimeo. Londres: The Bartlett School of Architecture,1991.

HILLIER, B. et al. Natural Movements, unpublished paper presented at the European Conference on Management, Cambridge, 1990.

MAGALHÃES, Claudia Fernanda R. Space. *Politics and Autoconstrution* in Two Settlements in Rio. Tese de Doutoramento. Londres: Bartlett School of Architecture and Planning, University College, 1992.

FILOSOFIA E POÉTICA DO ESPAÇO ARQUITETÔNICO

Incursões no Campo da Saúde Mental

Mirian de Carvalho[1]

A poesia é pátina e clareira nos espaços do desejo.

Ao elaborar este texto, nosso escopo é descrever algumas das atividades que vimos realizando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – PROARQ, desde que assumimos, em 1995, a disciplina Estética da Arquitetura e, posteriormente, a Filosofia da Arquitetura, enfatizando os trabalhos referentes a uma pesquisa em andamento, desde 1994.

Nosso projeto intitulado "ONTOLOGIA E ESTÉTICA: uma filosofia do tempo poético" – fundamentado na estética de Gaston Bachelard – alcançou reformulações em virtude da demanda teórica e prática dos alunos do PROARQ, tornando-se mais adequado às metas deste Programa de Pós-Graduação.

Inicialmente, pautamos como objetivo investigar – na **Poesia** e na **Arte** – os nexos de natureza poética que inscrevem o tempo no plano ontológico, com base na noção de *instante poético*, a partir da qual Bachelard aborda o tempo como sistema de simultaneidades imagísticas.

Na pesquisa estava prevista uma abordagem das questões do sentido do *espaço poético* – na Poesia e na Arte – uma vez que, na filosofia de Bachelard, o espaço e o tempo são instâncias do **ser poético** e estão sempre relacionados na experiência estética. A leitura do conjunto de "poéticas" do autor confirma esta conjugação.

No segundo semestre de 1995, quando ministramos pela primeira vez a disciplina Estética da Arquitetura, incluímos a expressão arquitetônica no campo de pesquisa do nosso projeto, valorizando as questões pertinentes ao **espaço** do habitar, numa perspectiva estético-filosófica.

Esta inclusão e esta articulação geraram desdobramentos temáticos, conceituais e metodológicos na pesquisa inicial.

Definimos novas metas. A revisão da literatura demandou uma práxis, uma vez que, por definição metodológica, atuávamos no campo da **experiência estética;** a estética de Bachelard, na sua amplitude, é – fundamentalmente – uma estética da experiência. Para alguns é uma estética do "corpo"; postura com a qual concordamos.

---

[1] Doutora em Filosofia. Membro da Associação Internacional de Críticos de Arte. Leciona Estética e Filosofia da Arquitetura no PROARQ, FAU/UFRJ.

Entenda-se por estética do corpo a valorização da presença do homem nos labirintos da criação e da fruição poética circunscrita no mundo do sensível.

Sob esse ângulo, os espaços da arquitetura podem ser percebidos e trabalhados pela imaginação, em virtude de valores poéticos, através da experiência estética – aqui o termo "estética" refere-se à apreensão do objeto no plano do sensível, no qual o fenômeno arquitetônico é percebido e vivenciado como matéria da imaginação.

Ao aceitar tais princípios, iniciamos uma reflexão sobre o próprio método de trabalho. Por que não incluir um "projeto arquitetônico" no nosso campo de pesquisa? Por que não questionar o "mito" que inscreve a filosofia no plano da mera abstração? Por que um trabalho filosófico não poderia inlcuir uma pesquisa de campo?

Esse questionamento foi decisivo na elaboração do "corpus" da nossa pesquisa, ao decidirmos estudar o espaço arquitetônico da instituição psiquiátrica.

Estávamos utilizando para as nossas aulas uma sala do Instituto de Psiquiatria da UFRJ (IPUB), situado no Campus da Praia Vermelha.

Nessa instituição, tivemos oportunidade de aprofundar alguns conhecimentos – através da participação em seminários – referentes às atuais propostas terapêuticas desenvolvidas no Brasil e no mundo, o que nos levou a refletir sobre a importância da Arquitetura no contexto da Saúde Mental.

A **observação** das tarefas da "Oficina de Jardins", coordenada pela psicóloga Cláudia Azevedo, embasada na Psicologia Analítica de Carl Jung e no pensamento de Nise da Silveira, clarificou alguns aspectos referentes ao trabalho assistencial praticado no IPUB/UFRJ.

A referida oficina está vinculada ao Centro de Atenção Diária (CAD), que engloba o Hospital-Dia e o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), no qual se inserem várias Oficinas Terapêuticas.

Outro ponto de referência para a elaboração deste projeto foi o conhecimento do trabalho realizado pela Doutora Nise da Silveira, no Centro Psiquiátrico Pedro II e na Casa das Palmeiras.

Na década de setenta, participamos de algumas atividades do Centro de Estudos do Centro Psiquiátrico Pedro II, onde realizamos trabalhos de observação no Museu do Inconsciente e na área da Terapia Ocupacional.

Na mesma época, observamos algumas atividades realizadas pelos freqüentadores da Casa das Palmeiras – ambas as instituições eram, então, dirigidas pela Doutora Nise da Silveira, que teve um papel fundamental na implementação das reformas psiquiátricas.

Finalmente, as tarefas de observação realizadas no ano passado (1997), na Colônia Juliano Moreira, e, no corrente ano, no Centro Psiquiátrico Pedro II, foram fundamentais para a elaboração das nossas questões.

No Instituto de Psiquiatria da UFRJ e no Centro Psiquiátrico Pedro II foram aplicados questionários, que, somados aos procedimentos de observação, nos remeteram a uma hipótese a ser "verificada": *a descrição e as expectativas de mudança da espacialidade arquitetônica, relatadas pelos usuários da instituição psiquiátrica ocorrem através de registros afetivo-emocionais, assim sendo a* **decodificação** *do discurso que expressa os anseios de mudança pode ser realizada com base numa metodologia que aproxima princípios estéticos e epistemológicos.*

Com base em tais dados, concluímos que as demandas atuais na área da Saúde Mental trazem propostas interdisciplinares, nas quais poderia ser incluída a Arquitetura.

Essa conclusão ajudou-nos a definir os desdobramentos do projeto inicial.

Incluímos a Arquitetura nos objetivos de um novo projeto de pesquisa, que aborda a **espacialidade arquitetônica** enquanto *lugar* de emergência da contratualidade afetiva, social e econômica, propiciando melhores níveis de autonomia – na vida em sociedade – aos usuários que são alvo de assistência, na instituição psiquiátrica.

O objeto de estudo estava assim definido: o papel do espaço arquitetônico no campo da Saúde Mental. Trata-se de uma filosofia do espaço arquitetônico, voltada para a "leitura" dos espaços da instituição psiquiátrica.

A partir daí planejamos os procedimentos teóricos e práticos do projeto denominado "A INSTITUIÇÃO PSIQUIÁTRICA: filosofia e poética do espaço arquitetônico", ora em desenvolvimento, e já apresentando alguns resultados parcelares relativos a uma pesquisa de campo que vem sendo desenvolvida em instituições psiquiátricas localizadas no Rio de Janeiro, nas quais efetivamos procedimentos de observação e entrevistas com usuários.

Elegemos o Instituto de Psiquiatria da UFRJ como estudo de caso, pelo fato de ser uma instituição voltada para a pesquisa, na qual tivemos apoio e incentivo da direção.

A fundamentação filosófica do método fora definida no primeiro projeto: alguns conceitos pertinentes à estética de Bachelard na abordagem da espacialidade da Poesia, na qual a poética é função do imaginar e experiência estética.

A isso se somou a inclusão de alguns conceitos pertinentes à sua epistemologia. Observe-se que, na filosofia bachelardiana, Poesia e Ciência têm articulações primordiais, daí, a sua relação na nossa pesquisa.

Nosso objetivo é realizar uma "leitura" do espaço arquitetônico da instituição psiquiátrica, formular conceitos e uma reflexão sobre a referida espacialidade, com base nas noções bachelardianas de "poética do espaço", "conhecimento aproximado" e "ruptura".

Definido o corpus do projeto "A INSTITUIÇÃO PSIQUIÁTRICA: filosofia e poética do espaço arquitetônico", nele fica implícita a análise do binômio homem-cidade, que aparece contextualizando os registros espaciais até agora coletados e analisados, bem como outros a serem estudados e que se interligam numa metodologia de alcance epistemológico e poético, tal como foi mencionado.

Na literatura básica incluímos textos referentes às teorias e práticas atuais pertinentes à Reforma Psiquiátrica, as quais são denominadas – no Brasil e no mundo – Reabilitação Psicossocial.

A REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL NO CAMPO DA SAÚDE MENTAL

Nos programas de Saúde Mental incluem-se múltiplas abordagens terapêuticas de alcance comunitário.

Todas têm caráter interdisciplinar e suas "práticas" são chamadas, genericamente, de "Reabilitação Psicossocial", repetimos.

Ana Pitta, organizadora da obra intitulada Reabilitação psicossocial no Brasil, assim a define:

> *Reabilitação Psicossocial implica numa ética de solidariedade que facilite aos sujeitos com limitações para os afazeres cotidianos, decorrentes de transtornos mentais severos e persistentes, o aumento da contratualidade afetiva, social e econômica que viabilize o melhor nível possível de autonomia para a vida na comunidade.*[2]

A partir de outros autores, cujos depoimentos se encontram na obra citada, constatamos que esta "ética de solidariedade" pode ser interpretada de várias formas. Primeiro, através de uma "prática" conjunta de assistência que envolve profissionais, familiares e a própria população. Segundo, através de uma abordagem teórica e interdisciplinar de tais práticas, sobre as quais vários autores têm dado contribuições importantes, suscitando questões filosóficas.

Essa abordagem da "doença mental" tem como principal objetivo a desospitalização: o término do tradicional manicômio, cuja atuação – excludente e anti-terapêutica – gera a cronificação da "doença".

A abordagem atual tenta viabilizar a autonomia do paciente em vários níveis; envolve uma mudança de conceitos e de objetivos – amplia-os e interage com outras áreas facilitadoras de suas metas.

---

[2] PITTA, Ana. *Reabilitação Psicossocial no Brasil*. 1ª ed., São Paulo, Hucitec, 1996, p. 9.

A contribuição dos saberes atinentes a outras áreas teóricas e práticas, no campo da Saúde Mental, pode interferir na mudança de comportamentos e gerar uma produção de conhecimento que amplie e fundamente suas atividades e focos de atuação no plano da Reabilitação Psicossocial.

Muitos profissionais dessa área têm refletido sobre a importância de uma epistemologia e de uma ética no seu campo de trabalho.

O Presidente da World Association for Psychossocial Rehabilitation, Benedetto Saraceno, assim situa a reabilitação:

> *A reabilitação é considerada, antes de tudo e neste momento, historicamente, em todo mundo, uma necessidade ética, e uma exigência ética. E portanto, deve pertencer a um grupo de profissionais que têm como prioridade a abordagem ética do problema da saúde mental... Por isso, reabilitação engloba a todos nós profissionais e a todos os atores do processo de saúde-doença, ou seja, todos os usuários, todas as famílias dos usuários e, finalmente, a comunidade inteira.*[3]

A ênfase na ética é pontuada por um grande número de autores – a maioria dos autores consultados.

A questão da ética – "uma exigência ética" – confirma a não redução desse enfoque às tarefas dos profissionais da saúde, abre perspectivas para a atuação de outros profissionais e solicita a participação da comunidade.

Segundo Saraceno, ela deve mobilizar "a comunidade inteira". É um problema de todos. Mas como?

Sob muitos aspectos, pensamos; todos os profissionais, todos os cidadãos, podem ser atores nos processos de reabilitação no plano da Saúde Mental e/ou em outros projetos comunitários que dizem respeito à cidadania.

A Reabilitação Psicossocial compreende práticas de acatamento dos Direitos Humanos e discussões – sempre em atualização – sobre cidadania, sobretudo no contexto político-social do Brasil, enfatizamos: no qual somente alguns – e muito poucos – gozam de direitos plenos; poucos são os que têm no cotidiano a garantia de ver seus direitos assegurados. O direito ao Direito é um grande problema da população, quase como um todo.

O "doente mental" – por várias razões – é mais suscetível nesse processo de "desconhecimento" da sua cidadania, até mesmo porque legalmente lhe pode ser imputada a perda de "alguns" direitos civis.

---

[3] SARACENO, Benedetto. "Reabilitação Psicossocial: uma estratégia para a passagem do milênio". In: *Reabilitação Psicossocial no Brasil*. Op. cit. p. 13.

A relação saúde-doença interliga-se no nosso projeto ao binômio homem-cidade; nessa polaridade, o papel da Arquitetura pode ser fundamental na criação de novas dimensões de participação no tocante ao usuário que é assistido pelos programas de Reabilitação Psicossocial, nos quais o espaço pode desempenhar um papel vital, abrangendo aspectos que foram tematizados por Michel Foucault.

Foucault aborda, em *Vigiar e Punir*, as potencialidades e a extensão do papel coercitivo da organização dos espaços da cidade, e seu deslocamento posterior no plano arquitetural, tal como foi idealizado no século XIX.

A obra de Foucault nos induz a outras questões. Conceitualmente, observamos, o espaço é metáfora e símbolo. Os espaços que controlam, agem e punem são espaços simbólicos, que realizam idéias e valores de uma sociedade ou de um grupo social detentor de algum tipo de poder.

O espaço pode viabilizar os meios de exercício do poder.

O projeto arquitetônico tematizado por Foucault e que analisaremos na seção seguinte deste trabalho, o Panóptico – a arquitetura da repressão – é uma engrenagem espacial que reflete um sistema de poder fundado na hierarquia disciplinar. Essa hierarquia exige a classificação de papéis sociais nos quais se inclui a "imobilidade", e pressupõe controle dos atos do indivíduo e da pessoa, num **espaço** demarcado.

Historicamente, – observa Foucault – esse sistema de controle está afeto aos hospitais, escolas, oficinas, fábricas, etc., podendo, hoje, observamos, com uma alta tecnologia a seu dispor, **abolir** – por completo – o espaço físico e concentrar-se eficazmente num **espaço virtual,** para viabilizar mecanismos de controle e de exclusão.

Os mecanismos de exclusão e de repressão refletem-se nos espaços da cidade. Ainda hoje, estão presentes – ainda que menor escala – nos espaços de acolhimento, de asilo e de tratamento daquele que é *classificado* como **doente mental**.

Num sentido mais amplo, qualquer instituição auto-regula e demarca espaços que simbolizam formas de poder que garantem a sua continuidade no tempo e a sua inserção na ordem social.

Um novo espaço arquitetônico pode traduzir uma forma de desmascaramento das hierarquias coercitivas implícitas à organização social e institucional.

Uma arquitetura voltada para a Reabilitação Psicossocial pode trazer a esse conjunto de práticas uma reflexão sobre os espaços coercitivos e incitar projetos de humanização ambiental pertinentes ao binômio homem-cidade. Tais projetos podem atuar ainda em áreas não restritas à instituição psiquiátrica, através de uma teoria e de uma prática que dimensionem a espacialidade arquitetônica no plano poético.

Situá-la no plano poético, não é reduzi-la; é perscrutar-lhe, filosoficamente, o ser: o seu ser-espaço, do ponto de vista plástico, e o seu ser-espaço do "habitar", o ser-espaço-do-homem. Inscrevê-la na "poética do espaço" é inscrevê-la no plano ontológico, valorizando a sua instância estética e as suas articulações com a cidade enquanto *valor* e *lugar* do ser humano.

A ARQUITETURA NO PROCESSO DE REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL

Ao situarmos o papel da Arquitetura no campo da Reabilitação Psicossocial, analisamos alguns textos de Foucault, em especial o terceiro capítulo de *Vigiar e punir*, "O Panoptismo", no qual ele aborda questões relevantes sobre o espaço da cidade e sobre Arquitetura.

O filósofo inicia o texto referindo-se a um regulamento do século XVII, prescritivo de normas de controle dos espaços, quando a peste assolava uma cidade:

> *Em primeiro lugar, um policiamento espacial estrito: fechamento, claro, da cidade e da "terra", proibição de sair sob pena de morte, fim de todos os animais errantes; divisão da cidade em quarteirões diversos onde se estabelece o poder de um intendente. Cada rua é colocada sob a autoridade de um síndico; ele a vigia; se a deixar, será punido de morte. No dia designado, ordena-se a todos que se fechem em suas casas: proibido sair sob pena de morte.*[4]

Segundo Foucault, a cidade e seus espaços são **recortados** e **imobilizados**. Só os que têm **autorização para vigiar** circulam – assim mesmo com certas restrições.

Há uma fiscalização ininterrupta: "O olhar está alerta em toda parte".[5] O olhar cerca, imobiliza, decide o destino de cada um.

A vigilância se articula em todos os espaços da cidade. Tudo é registrado, tudo é relatado. Tudo é punido. A vigilância exerce um poder de organização total, em que cada coisa tem o seu lugar marcado por um poder – onipresente e onisciente – demarcado por uma disciplina rígida, totalmente inflexível:

> *A peste como forma real e, ao mesmo tempo, imaginária da desordem tem a disciplina como correlato médico e político. Atrás dos dispositivos disciplinares se lê o terror dos 'contágios', da peste, das revoltas, dos crimes, da vagabundagem, das deserções, das pessoas que aparecem e desaparecem, vivem e morrem na desordem.*[6]

---

[4] FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Trad. Raquel Ramalhete. 15ª ed., Petrópolis, Vozes, 1997, p. 173.

[5] Ibid. Id. p. 173.

[6] Ibid. Id. p. 175.

A mesma tese é utilizada por Foucault na sua *História da Loucura*, na qual se vê a loucura identificada com outra forma de desordem – **a desrazão** – , daí a exclusão do louco nas paragens do asilo, em outro contexto sócio-econômico.

Mas a técnica da exclusão é historicamente antiga e gradual. Teve e tem variáveis em seus objetos e meios, e houve outras exclusões – totais ou parciais – de "doente", antes de ocorrer a exclusão do "louco".

A peste demandou modelos disciplinares, modelos de imobilidade como instrumento de vigilância no exercício do poder. Entretanto outra "doença" – antes da loucura – foi objeto da exclusão: a lepra. "O leproso é visto dentro de uma prática de rejeição".[7] Foucault faz ainda a seguinte análise:

> *O exílio do leproso e a prisão da peste não trazem consigo o mesmo sonho político. Um é o de uma comunidade pura, o outro, o de uma sociedade disciplinar. Duas maneiras de exercer poder sobre os homens, de controlar suas relações, de desmanchar suas perigosas misturas.*[8]

Com o desaparecimento da lepra, os dois sonhos políticos enraízam-se nos espaços da cidade, através de outros projetos. Tais **lugares** são configurados como espaços de repressão, e ambos os modelos – o exílio e a prisão – são conciliáveis e se completam no século XIX, no projeto arquitetônico do Panóptico.

As duas formas são formas de controle do indivíduo e da pessoa e era preciso pragmatizá-las, conjugando-as através de uma hierarquização disciplinar mais ampla dos espaços da cidade.

A disciplina é planejada e simbolizada através de um plano arquitetônico: um lugar no qual os espaços de afastamento e de submissão pudessem ser complementares e suplementares – potencializados e camuflados – numa disciplina hierárquica inabalável.

Segundo Foucault, os **recortes finos da disciplina** infiltram-se e recaem na organização social com o advento do crescimento econômico no Ocidente:

> *O crescimento de uma economia capitalista fez apelo à modalidade específica do poder disciplinar, cujas fórmulas gerais, cujos processos de submissão das forças e dos corpos, cuja anatomia política em uma palavra, podem ser postos em funcionamento através de regimes políticos de aparelhos ou de instituições muito diversas.*[9]

---

[7] Ibid. Id. p. 175.

[8] Ibid. Id. p. 175.

[9] Ibid. Id. p. 194.

Esses **aparelhos** diversos poderiam planejar, difundir e controlar os recortes finos das disciplinas exigidas pelo crescimento da economia capitalista, com mais eficácia, se imiscuídos no plano arquitetônico.

Se a peste determinou modelos espaciais de imobilidade, o panoptismo enquadrou outros modelos, dizemos, modelos de imobilidade conjugados aos de exclusão.

Suas estratégias privilegiam ora um, ora outro, em função dos "habitantes" designados a uma determinada espacialidade: prisão, asilo, fábrica, etc.

No âmbito da Arquitetura, o panoptismo é a figuração – perfeita – desse sistema híbrido de controle, com ênfase na sujeição necessária à produção e utilização da tecnologia emergente.

Idealizado por Jeremy Bentham, teórico do utilitarismo, o Panóptico efetiva especialmente a facilitação das engrenagens de mascaramento da violência dos laços de desigualdade entre parceiros na divisão do trabalho: "As disciplinas substituem o velho princípio 'retirada-violência' que regia a economia do poder pelo princípio 'suavidade-produção-lucro'."[10]

Seu alcance permitia – no plano econômico – a acumulação de capital e de homens – através de técnicas sutis de submissão à ordem da divisão do trabalho.

Nessa organização utilizam-se mecanismos de imobilidade e de visibilidade *no* espaço; o próprio vigia é também olhado, sem se pensar ou saber olhado.

Todos na cidade se incluem nessa composição das formas de poder:

> *O Panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar.*[11]

[10] Ibid. Id. p. 192.

[11] Ibid. Id. p. 166.

Foucault ressalta, ainda, a integração do poder de visibilidade aos jogos de luz; até a sombra é vigiada, acrescentamos. Percebe-se da torre central qualquer movimento, qualquer ato no espaço da cela.

A função – o lugar do olho – é o desempenho da visibilidade dupla. Alguém olha, e, quem é olhado, ao saber-se olhado, introjeta o olhar do outro. A visibilidade opera uma auto-vigilância. A luz e a sombra são instrumentos e armas de denúncia e de punição.

O lugar daquele que é olhado é fixado numa escala de lugares hierarquizados no asilo psiquiátrico, na penitenciária, na casa de correção, na escola, no hospital – na instituição de modo geral, onde tudo é perfeitamente controlável e espera-se a passividade como norma comportamental.

A ordem é estabelecida por mecanismos perfeitamente articulados e dirigidos a quem deseja sair da norma, antes mesmo que manifeste tal intenção.

Por ocasião de uma epidemia, – antes da exclusão da "loucura", ocorrida na Idade Clássica – o recorte da cidade é processado com a finalidade "de medir, controlar e corrigir os anormais, faz funcionar os dispositivos disciplinares que o medo da peste chamava".[12]

A peste intimidava o habitante da cidade e punha em risco o poder do rei. Tais perigos, que perpassavam a morte, eram controlados através dos recortes da cidade. O recorte era o meio de afastar a morte, no plano real e no imaginário; daí ser viabilizado fundamentalmente através das ameaças dirigidas à população. O medo assegura a "ordem" e exclui a desordem.

A prática da ameaça persiste no panoptismo de forma eficaz e dissimulada. A ameaça – a visibilidade – é **difusa e penetrante**. **Difusa**, porque não emana de uma só pessoa, – não emana do rei – emana de um olhar representativo e marcante de uma ordem hierárquica imposta e indiscutível. A ameaça – o olho que vigia – é também **penetrante**, dizemos, não só por se introduzir no espaço vigiado; ela pressupõe um **ser** vigiado, e apresenta variáveis bem conhecidas nos dias atuais, com mecanismos mais sofisticados de um pós-panoptismo vigente e operante: informatizado.

Seus mecanismos, são agora mais finos e agem de modo capilar, no shopping, no escritório, no condomínio – e na casa, na habitação; e todos esses lugares entrecruzam-se na espacialidade da globalização unidirecional.

A leitura que fazemos do Panóptico remete-nos para além da espacialidade de um edifício – vai ao lugar do homem na cidade.

[12] Ibid. Id. p. 196.

Nesse sentido, o panoptismo não "age" por ser uma "figura arquitetural" centrada na visibilidade unilateral. A arquitetura é nesse caso o meio, não é a origem da vigilância, que pode ser perfeitamente exercida em sistemas espaciais abertos.

A demarcação dos espaços de vigilância no mundo atual da tecnologia dispensa a visibilidade. A imobilidade dos espaços é suscitada, quem sabe? por uma **invisibilidade** atrelada aos mecanismos da **rede bancária**, por exemplo; mas esta questão não será tratada aqui.

Tais espaços são simbólicos. Seus habitantes simbólicos – numa recorrência nossa às idéias de Foucault – são o pestilento, o leproso, o louco. Seu habitante real é o operário, o trabalhador, o estrangeiro, o negro etc. – todos aqueles a quem se dirigem com maior eficácia os mecanismos de sujeição, nas sociedades demarcadas por estratégias não democráticas.

Muros, guaritas, grades não demarcam só espaços físicos; expressam um controle ideativo que independe da Arquitetura para ser posto em prática. Os **lugares de controle** não são determinados pelo espaço arquitetônico, acentuamos; são instâncias simbólicas que asseguram o funcionamento dos mecanismos autoritários e coercitivos centrados no espaço urbano, de onde é controlado o espaço rural e os outros espaços do homem.

Mas a Arquitetura pode propiciar elementos inestimáveis de renovação do binômio homem-cidade. Ao criar espaços, pode suscitar a emergência das funções do **habitar**, o que pode ser pensado através de uma "leitura" poética do espaço.

Nessa acepção, **habitar** não é estar passivamente num lugar. Habitar pressupõe criar sentidos, criar relações, desdobramentos e aprofundamentos na espacialidade onde se inscreve o homem.

Na poesia, habitamos imagisticamente o **escondido**, o **inabitável** e o **desconhecido**: "Na poesia, o não-saber é uma precondição".[13]

O não-saber e o habitar são condições da criação do espaço poético, no qual a espacialidade é ontogenética: é criadora de seres. As imagens poéticas geram seres. São seres inscritos na multiplicidade dos sentidos do mundo habitado pelo homem.

Habitar pressupõe produção de seres de imagem, de linguagem e de espaço, e encontro com esses seres na fruição poética. Nessa instância, o corpo habita um *topos* onírico – um lugar *inabitável*. Armários, chaves, portas e uma coleção infinita de outros lugares são espaços inabitáveis, que habitamos na Poesia.

[13] BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. Trad. Antonio da Costa Leal e Lídia do Valle Santos Leal. 1ª ed., Rio de Janeiro, Eldorado, s.d., p. 16.

O inabitável está em toda parte, pode ser qualquer lugar. Para penetrarmos em seus espaços damos outras dimensões ao corpo:

> *Depois de seguir os devaneios de habitar esses espaços inabitáveis, voltamos a imagens que, assim como nos ninhos e nos sonhos, exigem que nos façamos pequenos para vivê-los. De fato, em nossas próprias casas não encontramos redutos e cantos onde gostaríamos de nos encolher?* [14]

Na experiência imagética do lugar, habitamos o recôndito, o escondido, o ínfimo e a imensidão, assim nos diz Bachelard.

O espaço arquitetônico – nessa leitura – cria-se através de uma poética e põe expectativas em estado de emergência; potencializa e viabiliza saberes e não-saberes que se desvelam quando habitamos um lugar: habitar é uma experiência de amorosidade, de afetividade, sendo ainda um processo da imaginação e um processo cognitivo.

É com essa ótica de "leitura" que estamos analisando os depoimentos dos usuários das instituições psiquiátricas, nas quais estamos realizando uma pesquisa de campo, com o objetivo de inserir uma reflexão sobre o papel da Arquitetura nos Programas de Saúde Mental.

Nas entrevistas realizadas com pacientes e profissionais vinculados à área da Saúde Mental, até a presente data (22-02-1998), confirmamos a nossa hipótese no tocante à prevalência de registros afetivo-emocionais referentes ao espaço arquitetônico. Já realizamos trinta e três entrevistas no Instituto de Psiquiatria (IPUB) da UFRJ, e estão em andamento vinte entrevistas no Centro Psiquiátrico Pedro II.

As expectativas dos usuários dos vários segmentos têm coincidido até agora. Tanto os pacientes quanto os profissionais matizam essa espacialidade através da imaginação.

Em muitas das nossas entrevistas tornou-se necessário ouvir o relato do paciente por um período longo de tempo – cerca de duas horas – para contextualizarmos referências espaciais significativas. O "trabalho" de escuta tem sido valioso na nossa pesquisa.

Ao ouvir: "Eu queria ter uma chave", ou: "Tudo aqui devia ser psicodélico", percebemos que frases, aparentemente soltas, interligam-se e definem aberturas e contornos imagísticos e lingüísticos.

Aquilo que de início poderia parecer uma idéia delirante vai sendo elaborado após algum **tempo**, através da verbalização, revelando uma série de dados espaciais de natureza qualitativa, o que confirma a nossa hipótese.

---

[14] Ibid. Id. p. 16.

Afirmações como: "Eu gosto de janelas de madeira; não se pinta a madeira", ou: "A gente por causa dos remédios tem muito sono e tem vontade de ficar sozinho, seria bom que tivesse muitos colchonetes, assim espalhados por aí", ao serem inseridas na amplitude do discurso revelam índices imagísticos de natureza espacial, expressos por qualidades e densidades atribuídas à espacialidade.

O discurso de cada um dos usuários é tecido a partir de uma experiência do espaço e verbalizado na mesma direção, no conjunto do material coletado, no qual os dados da imaginação atuam de modo pregnante; poucos dados fazem referência a aspectos exclusivamente objetivos.

A "análise" dos depoimentos dos usuários pertencentes aos vários segmentos da instituição psiquiátrica aponta – nas expectativas de mudança da espacialidade – dobras, inserções e texturas comuns ao espaço poético, tal como é compreendido por Bachelard.

Por que espaço poético?

O ESPAÇO DA POESIA NO PENSAMENTO DE BACHELARD

Na abordagem do espaço da poesia, Bachelard valoriza os aspectos afetivos e imagísticos.

A espacialidade da poesia é um *topos* da imaginação, nele convivem os contrários: cheio e vazio, grande e pequeno, interior e exterior, congregados numa experiência de ambivalência e de correspondência.

Na importante obra intitulada *A poética do espaço*, ele descreve a poesia a partir de uma **topofilia** – o lugar é sempre foco de "atração":

> *Nossas pesquisas mereceriam, sob essa orientação, o nome de* topofilia. *Visam determinar o valor humano dos espaços de posse, espaços proibidos a forças adversas, espaços amados. Por razões muitas vezes bem diversas e com as diferenças que comportam os vários matizes poéticos, são* espaços louvados.[15]

Tais espaços podem ser depreendidos na instância do desejo. Neles algo se move, a imaginação é movente. Nesse *topos* há elementos de atração e de chamamento.

No lugar poético processa-se uma ontogênese: criam-se seres de imagem e de linguagem, lembramos. Criam-se lugares de acolhimento.

[15] Ibid. Id. p. 18.

No plano poético, qualquer pontuação implica um espaço do habitar. A imaginação habita esses lugares da afetividade – das tensões afetivas – onde os contrários se acoplam, se entrelaçam, para revitalizar e tecer outros lugares no mundo. Cecília Meireles os anuncia de várias maneiras; aqui, a reversibilidade do sentimento reúne a serenidade e o desespero, através de um mar que pode ser o céu e a cidade:

> mas seu nome de barca e estrela
> foi: "SERENA DESESPERADA."[16]

Na poesia, de algum modo, ocorrem ambigüidades. A imagem poética é um lugar de singularidades; "fecunda a realidade", segundo Fernando Pessoa:

> Assim a lenda se escorre
> A entrar na realidade.
> E a fecundal-a decorre.
> Em baixo, a vida, metade
> De nada, morre.[17]

As metamorfoses do desejo – a **serenidade** e o **desespero**, a **lenda** e a **realidade** – criam seres e espaços imaginários, espaços "densos"[18], que se movem no plano da experiência estética. O espaço na poesia é **tátil,** dizemos sempre; é um lugar do homem: um lugar solidário.

Trata-se de um espaço em permutação – reversível – com direções múltiplas, diverso do espaço geométrico que se caracteriza pela homogeneidade e pela abstração: "O espaço compreendido pela imaginação não pode ficar sendo o espaço indiferente abandonado à medida e reflexão do geômetra".[19]

O espaço poético é lugar da imaginação "criante" e a imagem poética é *uma primeira imagem do mundo*, um ser "entreaberto" – em desvelamento. Seus limites e aberturas permitem infinitos jogos combinatórios. Ele é receptáculo e *habitat* do **diferente** e do **singular**.

Esse espaço com suas expansões e retraimentos revela imagens da intimidade – desejos de intimidade.

O *topos* poético é um tecido da vida da linguagem viva e da imaginação criadora.

---

[16] MEIRELES, Cecilia. "Epitáfio da Navegadora". In: *Cecília Meireles - Obra Poética*. 1ª ed., Rio de Janeiro, Aguilar, 1983, p. 143.

[17] PESSOA, Fernando. OS CASTELOS: "Primeiro/Ulysses". In: *Fernando Pessoa - Obra Poética*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Aguilar, 1969, p. 72.

[18] Cf. THERRIEN, Vincent. *La Révolution de Gaston Bachelard in Critique Littéraire*, 1ª ed., Paris, Klincksieck, 1970. Na referida obra THERRIEN analisa o espaço poético bachelardiano, através da concepção de densidade.

[19] BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. Op. cit. p. 18.

Aqui, Bachelard refere-se ao espaço poético:

> *É vivido. E é vivido não em sua positividade, mas com todas as parcialidades da imaginação. Em particular, quase sempre ele atrai. Concentra o ser no interior dos limites que protegem.*[20]

Enfatizamos, juntamente com Bachelard, a sua função de acolhimento. Esse acolhimento situa os jogos espaciais da casa e do universo. Inclui-se nesse acolhimento aquilo que o filósofo chama de "a casa das coisas"[21]: gavetas, cofres e armários, numa abordagem delicada:

> *Quanta psicologia há na simples fechadura de um desses móveis! Trazem consigo uma espécie de estética do escondido... E para nós que temos que descrever o que se imagina antes mesmo daquilo que se conhece, o que se sonha antes daquilo que se verifica, todos os armários estão cheios.*[22]

É fácil de se perceber a força imagística e a riqueza contidas nas aspirações, **aparentemente** sem sentido, reveladas por um entrevistado, ao repetir: "Eu queria ter uma chave", no que transparece uma *estética do escondido*. No relato, a "chave" revelou, no sentido poético, "espaços interiores" e uma inquirição relativa a um espaço "objetivamente" seu, pessoal, em que ele pudesse guardar os pertences; mas ambos se entrecruzam, o que veremos com mais propriedade, em outro trabalho.

Percebe-se a mesma força imagística na observação de outro usuário, ao pedir-me para não ligar o ar condicionado: "Não, eu prefiro a janela e a porta abertas".

Bachelard refere-se poeticamente a esse movimento:

> *Mas é o mesmo ser, aquele que abre uma porta e aquele que fecha? A que profundidade do ser não podem descer os gestos que dão consciência da segurança ou da liberdade?*[23]

Tais gestos entrelaçam os seres inanimados, o homem e outros seres vivos.

O espaço poético bachelardiano abrange lugares habitados por outros seres vivos: os ninhos e as conchas.

---

[20] Ibid. Id. p. 18.

[21] Ibid. Id. p. 19.

[22] Ibid. Id. p. 19.

[23] Ibid. Id. p. 165.

Nessa espacialidade – no lugar poético – as linhas se diluem. Não excluem as diferenças, não imobilizam o ser. Procuram a origem, o ser que as gerou. A poesia toca a origem das coisas: "Por mais que eu toque nas coisas, sempre medito sobre o *elemento*"[24], diz Bachelard. Na "elementaridade" da poesia os opostos abrem-se ao diálogo.

A **poética**, nesse sentido, é uma articulação do imaginário e da matéria, e pode explicitar-se na Arte, na Poesia, na Arquitetura, na Ciência e em outras instâncias do **fazer** e do **pensar**, não excludentes da experiência estética.

Os espaços estudados por Bachelard: casa, universo, gavetas, móveis, ninhos, conchas, chaves e portas são seres de poesia.

O homem os habita de múltiplas formas, enquanto lugares desejados; ao habitar, criamos e participamos do ser do lugar.

O habitar – com suas tessituras múltiplas – pode situar-se no espaço arquitetônico; pode ser trabalhado, pode ser produzido e incentivado por uma Arquitetura que "reflete" sobre os espaços da instituição e da cidade, e que realiza e cuida poeticamente dos seus meandros, privilegiando o **ser** que habita.

Nessa espacialidade – o lugar poético – as linhas não separam o **interior** e o **exterior:** relacionam, produzem relações e posições.

Bachelard "dialetiza" essas posições, entrelaçando-as e relacionando-as nas ambivalências tópicas da experiência poética.

O espaço bachelardiano é um foco de possibilidades ilimitadas de experiências; tem as propriedades do espaço do sonho, mas emana de outra instância: o devaneio.

Nele, o sonhador abre ou fecha, entra ou sai, pela sua própria vontade. O sonhador segue os seus desejos. O espaço desejado cristaliza-se na Poesia. É um **fulcro da consciência** e não uma força alienante. Não anula outras realidades e outras espacialidades – evidencia e instiga necessidades de conhecimento e aprofundamento de outras instâncias do ser, do habitar e do estar.

Nas entrevistas com os usuários da instituição psiquiátrica revelaram-se aspectos de uma dinâmica espacial latente que, se contextualizada, apresenta e representa múltiplas expectativas a serem trabalhadas: "Tá vendo essas grades aí? Eu tirava tudo!", disse um paciente e acrescentou: "Mas em casa também não é bom", e narrou um episódio de violência policial: "Me amarraram no condomínio. Essas marcas aqui são do fio de nylon. Me amarraram feito um porco, com fio de nylon, e me prenderam no camburão".

[24] Ibid. Id. p. 19.

Ao ouvir pela segunda vez a gravação da entrevista ocorreu-nos uma analogia: "Não se pode viver da mesma maneira os qualificativos vinculados ao exterior e ao interior".[25] Entretanto, o que está além da analogia imagística – o episódio da violência – não pode ser ignorado. Não se tratava de um delírio, ainda que as experiências da espacialidade interna do narrador se revelassem muito conturbadas.

Os registros espaciais da loucura e da poesia tocam-se imagisticamente, criam eventos e seres oníricos, abrem lugares e servem de *habitat* para outros seres animados ou inanimados, vivificando-os de várias formas, mas põem em evidência também os espaços coercitivos da cidade e as disciplinas autoritárias.

O poético pode ser índice de sentidos e significados inseridos na realidade objetiva, índice de uma realidade estagnada. Nas entrevistas abrem-se sentidos e significados, mas os **sentidos** são sempre mais ricos, apontam múltiplas direções e situações espaciais de natureza poética e "angustiante". Mas, que mudança não passará pela angústia?

A poesia é um vislumbre de mudanças. Uma experiência de angústia ...

Sob esse ângulo, a poética não é o estudo da estrutura lingüística do poema, é uma filosofia da poesia e da imaginação – uma filosofia do homem.

No pensamento de Bachelard, a poesia ocupa uma dimensão cultural tão importante quanto a Ciência. Envolve uma dimensão ética e um aprendizado de liberdade:

> *Um grande verso pode ter grande influência sobre a alma de uma língua. Faz despontar imagens apagadas. E ao mesmo tempo sanciona a imprevisibilidade da palavra. Tornar imprevisível a palavra não será um aprendizado de liberdade? Que encantos a imaginação poética acha em zombar das censuras! Outrora, as artes poéticas codificavam as licenças. Mas a poesia contemporânea pôs a liberdade no próprio corpo da linguagem. A poesia aparece então como um fenômeno da liberdade.*[26]

Muitas reflexões éticas poderiam ser tecidas a partir da relação poesia-liberdade, tarefa de um trabalho futuro.

Com estes registros concluímos: a Poesia, mais que um "gênero" literário, é uma forma de habitar e **pensar** o mundo – "é um fenômeno da liberdade", um **direito humano**: um aprendizado em constante retificação.

Se *"um grande verso pode ter grande influência sobre a alma de uma língua"*, esse grande verso pode surgir inscrito, simbolicamente, na tessitura do espaço arquitetônico.

---

[25] Ibid. Id. p. 160.

[26] Ibid. Id. p. 12.